

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE AGOSTO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Antonio Anibelli, secretariada pelos senhores deputados Moysés Leônidas e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk-Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/272/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº

15/2001, do Poder Executivo, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/273/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 135/2001, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/278/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/279/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/280/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 006/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/281/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 172/2001, de autoria do deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/282/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 073/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento e Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinado a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 071/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do DGFNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 631/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos deputados José Maria Ferreira e Edson Strapasson, que pedem esclarecimentos sobre repasse pelo Governo Estadual, de verbas para as Associações de Municípios. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência, a constituição, a partir desta data, nesta Casa de Leis, do Bloco Parlamentar Independente, formado pelos seguintes senhores deputados: Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Cezar Silvesri, Edson Praczyk, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Tony Garcia.

Os parlamentares que compõem o Bloco Parlamentar Independente, indicam como seu líder o deputado Augustinho Zucchi.

Certos de contarmos com as prerrogativas que gozam as demais lideranças nesta Casa, aproveitamos para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Líder do Bloco Parlamentar Independente

Requerimentos:**REQUERIMENTO 2289**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 295/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 027/2001, que dispõe sobre alterações na Lei nº 6.417/73, para incluir nas hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO 2290

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 262/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/2001, que dispõe a Instituição da Agência Reguladora de Serviço de Energia e Saneamento do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO 2291

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 213/2001, que denomina a Ciretran de Cambé de Alcebiades Zotarelli.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO 2388

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do ilustre deputado Divanir Braz Palma e que dispõe sobre revogação da Lei nº 12.355/98.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO 2389

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, e que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355/98.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 006/2000 que convoca plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir sobre a venda pelo Governo do Paraná, do controle acionário da Copel.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a desanexação do Projeto de Lei nº 88/2001, aos Projetos de Lei de nºs 129/2000 e 176/2000.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido, no Horário do Pequeno

Expediente, espaços para que o presidente da União Paranaense de Estudantes - UPE, Sr. Gustavo Kfourri, faça uso da tribuna desta Casa de Leis, trazendo mensagem dos estudantes universitários quanto ao projeto de Lei nº 173/2001 de autoria deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rodrigues Ribeiro da Silva, ocorrida no dia 26.07.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Antônia Navago Gobeti, ocorrido no dia 06.08.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelina Francisquini Chiquin, aos 76 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querido pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Alexandrino, aos 74 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querido pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação da ata da presente Sessão Plenária, de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. José de Deus Maciel, vereador do município de Nova Aliança do Ivaí, pelo 5º mandato, vítima de tumor no intestino.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação aos seus semelhantes.

Requer ainda, o envio de correspondência a família enlutada, sito à rua Pernambuco, s/nº Centro CEP 87790-000, Nova Aliança do Ivaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

Observadas das disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, votos de congratulações ao Dr. Fahad Haddad e demais membros da Equipe de Transplantes Cardíacos da Santa Casa de Londrina.

A Santa Casa presta o maior número de atendimentos cardíacos na região. Reconhecida como o quinto hospital em transplantes inéditos do País, sendo responsável pelo sucesso obtido em seis transplantes cardíacos, dos oito realizados em nosso Estado até o momento.

Requer ainda seja enviada correspondência parabenizando a equipe pelo esforço, dedicação e grande sucesso alcançado.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná, alusivos aos 147 anos da corporação, a ser comemorado no dia 10 de agosto.

Requer ainda, que após deliberação do Plenário, se dê ciência ao Sr. coronel Gilberto Foltran, comandante geral da Polícia Militar através de correspondência a ser encaminhada à Av. Marechal Floriano Peixoto, 1.401, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Colégio da Polícia Militar do Paraná, alusivos aos 42 anos da sua fundação, a ser comemorado no dia 07 de agosto.

Requer ainda, que após deliberação do Plenário, se dê ciência ao Sr. major Sérgio Renor Vendramento, diretor do Colégio da Polícia Militar através de correspondência a ser encaminhada à Rua Almirante Gonçalves, 1423, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Federação de Agricultura do Paraná - Faep, pela passagem do dia do Agricultor, comemorado no dia 28 de julho.

Requer ainda, que após deliberação do Plenário, se dê ciência ao Sr. Ágide Meneghette, presidente da Faep, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 450 CEP 80-010-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, alusivos aos 25 anos da sua fundação, comemorado no dia 23 de julho.

Requer ainda, que após deliberação do Plenário, se dê ciência ao bispo Gerson Cardozo, dirigente estadual da IURD, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida 7 de Setembro, 3.341 - CEP - 80230-090, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao prefeito municipal Masao Takechi, pela passagem dos 41 anos de emancipação política do município de Matelândia-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal e a Câmara Municipal de Matelândia, através de correspondência a ser encaminhada, respectivamente ao senhor prefeito municipal e ao presidente da Câmara Municipal, no seguinte endereço: Avenida Duque de Caixas, 800 - 85.887-000 - Matelândia-PR.

Nestes Termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vitório Anachewski e Daléia Drechesler Anachewski, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muito anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Piekas e Cidália Piekas, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muito anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João de Souza Godoi e Ana Martins de Jesus, que completou 79 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Platina”. Foram muito anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valdir Soares da Silva e Maria do Rocio de Freitas da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muito anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, que no dia 05 de julho do corrente, comemora 40 anos de atividades.

Foi criado através da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1.060, e desde então vem zelando pelos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais em nosso Estado e País. Trata-se de um órgão de suma importância para o ramo farmacêutico, uma vez que, ao mesmo tempo que fiscaliza o exercício dessa profissão, oferece segurança aos profissionais, contribuindo para o sucesso e valorização profissional, primando sempre pela qualidade dos serviços prestados à comunidade paranaense. A categoria farmacêutica é de suma importância para o bem-estar da população, principalmente por preocupar-se com a saúde da mesma, e o Conselho Regional de Farmácia do Paraná, ao longo desses 40 anos, soube defender e coordenar, com muita luta, dignidade, seriedade, responsabilidade e competência suas atividades.

Pela persistência de seus dirigentes, funcionários, associados e contribuidores, sentimo-nos também orgulhosos por essa comemoração e através desta manifestação de júbilo, cumprimentamos a presidente do Conselho, senhora Célia Fagundes da Cruz, bem como a todos acima nominados.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense, auguramos votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a cidade de Tibagi, que pelas excelentes condições do rio Tibagi para a prática do esporte de aventuras, como canoagem, remo, rafting e outros, sediou o Campeonato Nacional de Rafting 2001 que, com grande sucesso aconteceu entre 14 e 17 de junho p.p. Participaram 25 equipes dos Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sagrando-se campeã, na categoria masculina, a equipe de Santa Catarina, “Ativa Hering” e a feminina, a de Curitiba, “Ixion Geo/Praia Secreta”.

A equipe masculina foi classificada para o Campeonato Mundial de Rafting nos Estados Unidos e para o “Camel White Water Challenge” na África. E a equipe feminina, para o campeonato mundial nos Estados Unidos.

Requer ainda que, uma vez aprovado o presente, que do mesmo se dê conhecimento ao senhor presidente do Paraná Esporte e Turismo, ao senhor prefeito municipal de Tibagi, José Tibagy de Mello, a “Ativa Rafting e Aventuras” (BR 470, km 109 - Bairro São Pedro - Apiuna-SC. CEP: 89135-000-CP25) na pessoa de seus diretores, Otto Hassler e Rafael M. Siquela, e à sua equipe curitibana.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE comemorou no mês anterior seus 40 anos de existência. Foi fundado em 1961 pelos então governadores: Ney Braga, Celso Ramos (Santa Catarina) e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul), pela assinatura da Carta de Curitiba.

O BRDE foi fundado com a preocupação dos governadores de então de reduzirem as desigualdades regionais em relação ao Estado vizinho de São Paulo e também a outras áreas do País. Pela falta de apoio do governo central aos Estados do Sul, no final da década de 50, havia o temor de que estes pudessem se transformar em um “novo Nordeste”, marginalizado e pobre.

A proposta da criação de um Banco de Fomento para a Região Sul foi lançada em 25 de março de 1961, na Reunião de Florianópolis, quando os governadores Ney Braga, Celso Ramos e Leonel Brizola discutiram também a instituição do Codesul (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul). Essa idéia prosperou e ganhou o apoio do então Presidente da República Jânio Quadros, culminando com a assinatura do ato que criou o BRDE em 1961.

Pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o BRDE é uma autarquia interestadual, que tem por função o apoio financeiro, técnico e institucional e empreendimentos da iniciativa privada.

Ao longo de sua existência, o Banco superou dificuldades, como a vivida no período de intervenção federal, no fim dos anos 80. Hoje posiciona-se em 4ª lugar no ranking das 150 instituições brasileiras de fomento que operam com o BNDES Automático (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Neste 40 anos, o BNDES financiou o equivalente a US\$15 bilhões, para mais de 40 mil projetos de empresas regionais, gerando um efeito multiplicador de investimentos em torno de US\$36 bilhões. Gerou 2,3 milhões

de postos de trabalho e receita tributária (ICMS) de 4,7 bilhões de dólares. Neste ano o Banco possui 300 milhões para financiamento nos três Estados da região Sul e o valor médio das operações, em torno de R\$100 mil por empresa evidencia o caráter social dos empréstimos, direcionados principalmente para os micro, pequenos e médios empresários.

Pela comemoração de seus gloriosos 40 anos, receba o BRDE (Avenida Vicente Machado, 589 - CEP: 80420-010 - Curitiba-PR), através de seu diretor - senhor Aldo Almeida Júnior, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, pela eleição e posse de sua nova diretoria - Biênio 2001/2003.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC estará dando posse à sua nova diretoria em data de 06 de agosto do corrente, que ficou assim constituída:

Diretores:

Presidente: João Casillo.

1º Vice-Presidente: Dorival Splenger Viana.

2º Vice-Presidente: Sinval Zaidan Lobato Machado.

Diretor Tesoureiro: Marcello Luparia.

Diretor Secretário: André Zacharow.

Diretorias Adjuntas:

Cultural: José Antonio Fares.

Tecnologia: Arwed Rogério Benke.

Comércio Exterior: Douglas Rogério Benke.

Câmara Set. Micro Empresa: Luiz Mauro Lebellem.

Patrimônio: Carlos Vivaldi Rodrigues.

Conselheiros:

Ivo Boschetti - Presidente.

Arthur Claudino dos Santos.

Bogdan Bembnowski.

Eduardo Pinto Coelho.

João Alberto Panceri.

João Elber G. Machado.

Martinho Faust.

Nelson Hubner.

Theodoro Hubner Filho.

Walfrido Meireles Leal.

A toda a nova diretoria, com desejo de sucessos na nova caminhada, receba a AECIC (Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2445 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial do Paraná comemorou durante o mês de julho seus 111 anos de existência.

A história da ACIAP começou por causa da “Revolta do Vintém”, movimento deflagrado em 1889 contra o aumento dos impostos sobre a erva-mate, que reduzia a competitividade da produção do Paraná no mercado nacional, já que outros Estados não cobravam este imposto.

De lá para cá muita coisa mudou - e a ACP continua sendo a maior defensora dos interesses do comércio do nosso Estado. Não apenas do comércio, mas do nosso Estado como um todo, pois tem participado ativamente de campanhas em prol do Paraná, já que é uma voz ativa e de elevadíssima importância junto aos mais diversos segmentos.

ACP sempre fala com a autoridade de quem conhece mais que o mercado, mas de quem conhece a vida do Paraná de um ângulo diferente: do ângulo da mola motriz geradora de riquezas para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Muitas ações importantes partiram da ACP, como a criação da Rede de Informações de Proteção ao Crédito (RIPC), que é a segunda maior rede de dados de crédito do mundo, reunindo informações de todo o Brasil, com 40 milhões de registros, capaz de dar 95% das respostas entre um e três segundos.

Pela comemoração dos gloriosos 111 anos da ACP - uma instituição sempre à frente do seu tempo - receba o seu atual presidente, doutor Marcos Domacoski (Rua XV de Novembro, 621 - Centro - CEP: 80020-925 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Bar Brahma pela conquista do certificado ISO 9002.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Bar Brahma, localizado no centro da nossa cidade, é o primeiro da América do Sul a receber o certificado ISO 9002, que foi entregue pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), órgão autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia.

A empresa trabalhou muito duro durante um ano e três meses, para chegar à certificação, apenas oito meses após ter sido aberto, tendo, para isso contratado uma empresa especializada na certificação.

O sistema de qualidade no Bar começa quando as mercadorias chegam à cozinha. Todas passam por seleção para ser verificado se estão dentro das conformidades de qualidade, ou seja, se estão no prazo de validade, se não possuem sinais de contaminação, entre outros.

A preparação dos pratos é sistematizada de tal forma que desde a maneira de descascar as batatas até a quantidade de bacon servida com as fritas é padronizada. Armazenamento, peso, validade dos produtos, temperatura do óleo na fritadeira, tudo é controlado. No bar, o modo como os copos são lavados e a altura do colarinho também devem seguir a norma para não interferir na qualidade do chope.

O atendimento no Bar é fiscalizado pelo programa Cliente Espião. Num período de 15 dias, pessoas desconhecidas dos funcionários e do proprietário do bar, vão ao estabelecimento para verificar o atendimento.

Pela merecida premiação, receba o Bar Brahma (Avenida Getúlio Vargas, 234 - Rebouças - CEP: 80230-030 - Curitiba-PR), através de seu proprietário - João Guilherme Leprevost, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à cidade de Irati, pela comemoração de seus 94 anos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Irati completou seus 94 anos de fundação. De origem Tupi, “Irati” significa abelha que produz cera vegetal. Originou-se em 02/04/1907 do município de Imbituva e ambas são oriundas do município de Ponta Grossa.

Localizada há 156 quilômetros de Curitiba, a cidade é muito próspera, com um circuito cultural bastante amplo, que compreende CTG's, grande divulgação na área de artesanato, além de possuir rodeio considerado genuinamente crioulo do Paraná.

Os iratienses, como são chamados seus filhos, são um povo acolhedor, ordeiro e trabalhador. Quem, visita Irati não a esquece e sente-se em casa, pois seus habitantes fazem questão de acolher aqueles que ali não nasceram, como se fossem filhos da terra. Tanto é que muitos dos que para ali foram, resolveram instalar-se.

A prosperidade de Irati está na força de vontade de sua gente, que não mede esforços para vê-la crescer, avançando sempre com passos firmes em direção a um futuro certo e cheio de realizações, fruto do esforço de cada um.

Ao município de Irati, pela comemoração de seus 94 anos, receba o prefeito municipal - senhor Toti Colaço (Rua Coronel Emilio Gomes, 22 - CEP: 84500-000 - Irati-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulação ao Jornal Náutico, pelo lançamento de seu primeiro número.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Acaba de ser lançado o Jornal Náutico, uma publicação que alcançará os Estados do Paraná e Santa Catarina, e que com certeza encantará o público envolvido em náutica, pesca e esportes aquáticos.

De elevada qualidade e excelente diagramação, o jornal nasce como um veículo de comunicação bastante diversificado, recheado de assuntos ligados à sua área de abrangência. Em suas páginas encontramos matérias sobre esportes, pesca, barcos e equipamentos, turismo, ecologia, lazer e também gastronomia. Além disso, há seção de cartas, matérias sobre personalidades e negócios (perfil) e página especial para crianças.

A idéia inovadora vem preencher um espaço na área de lazer náutico e o jornal é completo e variado, o que deverá render-lhe um público fiel.

Pelo lançamento de seu primeiro número, com desejo de muito sucesso pelo empreendimento, receba o Jornal Náutico (Kolling Publicidade - Rua Comendador Lustosa de Andrade, 235 - CEP 80520-350 - Curitiba/PR), através do seu diretor Sr. José Kolling, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulação ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional de Farmácia do Paraná comemorou durante o mês de julho de 2001, seus 40 anos de existência.

A instituição possui atualmente 7 mil profissionais inscritos e o número cresce a cada ano, devido à colocação de novos profissionais no mercado de trabalho pelas quinze faculdades espalhadas pelo Paraná.

Sempre defendendo os interesses de seus associados e lutando por uma melhor qualidade de trabalho, o Conselho Regional de Farmácia tem atuado dentro de

uma política séria, administração segura e planejamento competente, o que o levou a alcançar diversos resultados, como a inauguração de sua sede própria nesta Capital.

Pela comemoração de seus gloriosos 40 anos, receba o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (Av. Mal. Deodoro, 252 - 3º andar - Centro - Curitiba/PR), através de sua atual presidente - Célia da Cruz, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Lions Clube São José dos Pinhais - Centro, pelo posse de sua diretoria para 2001/2002.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube São José dos Pinhais - Centro deu posse à sua nova Diretoria para o biênio 2001/2002, no final do mês de junho, cuja solenidade, realizou-se na Casa de Amizade daquele Município. A nova Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Rui Brasil Ayres da Rocha
- Past Presidente: Edison Luiz Pereira
- 1º Vice-Presidente: Norberto Kaesemodel
- 2º Vice-Presidente: Pedro Nichelle Filho
- 1º Secretário: Marçal Aparecido da Silva
- 2º Secretário: Alberto A G Nogueira
- 1º Tesoureiro: Angelo Santo Sasso
- 2º Tesoureiro: Primo Mauro Simão
- Diretor Social: Gerson Tavares
- Diretores Vogais: Enio Rieke, Luis Ernani Setim,

João Elpídio Rivarola Morel e Ney Cesar Senn.

À nova Diretoria do Lions Clube São José dos Pinhais, através de seu presidente - Sr. Rui Brasil Ayres da Rocha, pela posse e com desejos de sucesso na gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, alusivos à posse da nova Diretora, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Conselho da Mulher Empresária e Executiva e Conselho do Jovem Empresário, que ocorreu no último dia 29 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Sr. Rogério Francisco Stein, através de correspondência ser encaminhada a Av. Toledo, 247, CP 157, CEP 85810-280, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, alusivos à inauguração de sua nova sede, que ocorreu no último dia 05 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência à presidente Dra. Célia Fagundes da Cruz, através de correspondência ser encaminhada a Rua Mal. Deodoro, 252, 3º andar, CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a Academia Paranaense de Medicina, alusivos à posse da nova Diretoria para o biênio 2001/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Dr. Ari Leon Jurkiewicz, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Cândido Xavier, 575 CEP 80240-280, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, alusivos aos 40 anos de sua criação, que ocorreu no último dia 17 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor vice-presidente Dr. Aldo Almeida Junior, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Vicente Machado, 589, CEP 80420-010 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a Associação Comercial do Paraná, alusivos a comemoração dos seus 111 anos, que ocorreu no último dia 16 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Sr. Marcos Domakoski, através de correspondên-

cia ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 621, CEP 80020-925 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Marechal Cândido Rondon-PR, alusivos à comemoração do 41º aniversário de emancipação política, que ocorreu no último dia 25 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Edson Wasen e ao presidente da Câmara Sr. Ítalo Fernando Fumagali, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Espírito Santo, 777, CEP 85960-000, Município de Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2343

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Missal, alusivos a comemoração do 38º aniversário de fundação do município, que ocorreu no último dia 25 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Laci Deonísio Giehl e ao presidente da Câmara, Sr. Edmar Filipin, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nossa Senhora da Conceição, 555, CEP 85890-000, município de Missal- Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Matelândia, alusivos a comemoração do 41º aniversário de emancipação política.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Masao Takechi, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Duque de Caxias, 800 CEP 85887-000 - Matelândia - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Medianeira, alusivos a comemoração do 41º aniversário de emancipação política.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Luiz Yoshio Suzuke, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Argentina, 1522- CEP 85884-000, Município de Medianeira-Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao Sr. José Tibagy de Mello, prefeito do município de Tibagi, recentemente eleito para a presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composto pelos 23 municípios da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, projetando ainda mais este importante município no cenário político-administrativo de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações à Rede de Supermercados Flatel, com sede em nossa Capital, pelo elevado desempenho comercial, satisfação e atendimento à sua vasta clientela.

Requer dê-se ciência da decisão deste Legislativo Estadual ao seu diretor proprietário, Sr. Flávio Oscar Câmara, extensivo a seus funcionários, na Rua Pedro Gusso, 4.301, bairro CIC, em Curitiba-PR, CEP 81315-000.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Rede de Supermercados Flatel, com sete lojas localizadas à Rua Pedro Gusso, bairro CIC, Av. Anita Garibaldi, 1400 bairro Ahu; Rua Raposo Tavares, 250 bairro Pilarzinho; Rua Alcino Guanabara, 430 bairro Vila Hauer; Rua Willian Booth, 2651 bairro Boqueirão; Rua Nova Autora, 2039 Bairro Novo, Sítio Cercado todos em Curitiba, e na Av. Iraí, 1672 em Pinhais, constitui-se hoje em uma das poucas redes de supermercados genuinamente paranaenses.

Diferenciando-se das grandes redes do ramo, dominadas pelo capital estrangeiro, a Rede de Supermercados Flatel, disponibiliza todas suas lojas nos mais diversos bairros de nossa capital e região metropolitana e tanto em relação à variedade de produtos, qualidade e preço, oferece à sua clientela atendimento personalizado.

Para o diretor-proprietário da Rede de Supermercados Flatel, os clientes não se constituem apenas em mais um número, em mais um dado estatístico. Seus gerentes e funcionários permanentemente dispensam aos mesmos especial atenção, atendendo sempre com rapidez e cordialidade, mesmo porque a satisfação plena de seus cliente é o objetivo permanente em todas as suas lojas.

REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, consignação na ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações e aplausos à Femoclam - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo junto a população e as associações comunitárias, na busca de soluções aos problemas e melhores condições de vida para toda a sociedade.

Requer ainda, dê-se ciência da decisão deste legislativo ao seu presidente, Sr. João Pereira, extensivo a toda equipe de colaboradores daquela valorosa e importante federação comunitária, em sua sede na Avenida Cândido de Abreu, 669, 1º andar, conjunto 01, Centro Cívico, em Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Femoclam - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, fundada em 01 de março de 1986, ao longo de seus quinze anos de existência, desempenhou importante papel junto aos moradores de Curitiba, em especial da periferia da cidade e dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.

Atuando na área de ação social, a Femoclam, entidade sem fins lucrativos, presta toda espécie de assessoria às associações de moradores, cuja importância é de pleno conhecimento de todos, uma vez que essas organizações sociais de base, constituem-se em importantes elos de ligação entre a população, representações políticas municipais, estadual, federal, e autoridades encaminhando reivindicações e propostas que muitas vezes auxiliam os poderes constituídos nas decisões do governo para a promoção humana e o bem estar das comunidades como um todo.

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V.Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Boa Esperança -PR, pela organização e realização da Festa da Vaca Atolada, que tem se consolidado como um

dos maiores e mais bem organizado evento gastronômico do Estado do Paraná.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal, na pessoa do prefeito Sr. Cláudio Gotardo (Av. Brasil, 317 - CEP 87390-000 - Boa Esperança - PR, à Câmara Municipal na pessoa de seu presidente, Sr. Aparecido Xavier de Macedo - Av. Brasil, 390 - CEP 87390-000 - Boa Esperança- PR.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Associação dos Funcionários da Universidade Estadual de Maringá - AFUEM e a seus diretores, na pessoa de seu presidente, senhor Wagner Dias Barbosa, pela realização da 1ª Festa do Folclore de Maringá, nos últimos dias três, quatro e cinco de agosto.

Outrossim, requer comunicação do feito à entidade homenageada, na pessoa de seu presidente, senhor Wagner Dias Barbosa.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Além de figurar entre as mais importantes entidades associativas de trabalhadores de Maringá e região, bem como entre as mais ativas dentre as entidades de trabalhadores de ensino público paranaense, agora a AFUEM se notabiliza ao promover a 1ª Festa do Folclore em Maringá, atitude de preservação e transmissão de nossa cultura popular sem precedentes na história maringense e regional. A cultura de um povo é sua alma, sua vida, e, por conseqüência, garantidora de seus projetos autônomos de construção de uma sociedade e uma nação soberana.

Iniciativas como esta nos permitem acreditar que nossa cultura e nossos valores não serão esmagados pela indústria cultural da grande mídia, não raro internacionalizada. Esta iniciativa é um marco neste rumo e não pode passar despercebida.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Floresta, ao prefeito municipal, senhor José Roberto Ruiz, ao vice-prefeito, senhor Jesus Rodrigues Morelli, e à secretária municipal de Esporte, senhora Marli Reinert, pela realização, nos dias 18 e 19 de agosto, da 1ª Copa Motocross de Floresta.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Motocross já está entre as principais modalidades esportivas no mundo atualmente, ganhando mais e mais espaço a cada ano, tanto entre os jovens praticantes quando na mídia. É, também, um importante fator econômico e de divulgação da localidade onde é realizado. E o município de Floresta demonstra sintonia com sua juventude e com o esporte, bem como preocupação com o desenvolvimento e o reconhecimento da cidade na região, no Estado e até no País. Iniciativas como esta precisam do nosso reconhecimento e apoio.

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, voto de congratulação e aplauso à Prefeitura Municipal de Lobato, extensivo à prefeita municipal, senhora Tânia Martins Costa, ao vice-prefeito, senhor Odair José de Souza, e à Câmara Municipal de Lobato, na pessoa do presidente, Osvaldo Dias Bronze, pela passagem do 45º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Lobato.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O papel histórico desempenhado por Lobato na região de Maringá é dos mais importantes e continua a sê-lo, especialmente pela sua importância econômica, dada a pujança econômica do município, que obriga uma das principais indústrias de laticínios do Estado e do País. E, no último dia 31 de julho, Lobato comemorou seu 45º aniversário de emancipação política e administrativa, com solenidades oficiais e com a já tradicional Festa da Leitoa no Tacho, neste ano em sua terceira edição.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, o envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas da sede do município de Marialva, para seus distritos de São Miguel do Cambuí, Aquidaban, São Luiz e Santa Fé do Pirapó e vice-versa, bem como para Maringá e para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Mandaguaçu, Iguaçu, Ângulo, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari, deixem de ter

tarifa conurbada e passem a ter tarifa local, tanto na telefonia fixa quanto na móvel (celular).

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Marialva, senhor Humberto Amaro Feltrin, ao vice-prefeito, senhor Luiz Stéfano, à presidente da Câmara Municipal, senhora Sonia Maria Silvestre Lopes, à vereadora Antonieta Bellinati Perez.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação do município e distrito elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes município e distritos, e seus entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles.

É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações destes distritos encontram-se no município-sede, qual seja, Marialva, quando não em outros municípios da Região Metropolitana, especialmente Maringá.

Assim, são significativos os contratos telefônicos entre estes distritos, o município-sede e os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, os votos de parabenização aos organizadores do 2º Congresso Mundial de Odontologia, realizado em julho, na cidade de Londrina, pelo sucesso do evento, reunindo profissionais do mundo inteiro.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Associação Odontológica do Norte do Paraná, Rua Rolândia nº 295, Londrina - PR, CEP: 86060-430, Fone (43) 348.3633.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, os votos de parabenização ao fundador do Movimento Cristma, Luiz Carlos Tomarozzi, pela comemoração do 21º aniversário da entidade que tem como principal objetivo trabalhar na recuperação de viciados em drogas e álcool, em todo o Norte do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Funda-

ção Tomarozzi, Rua Almeida Garrett, nº 115, Jardim Mediterrâneo, Londrina-PR, CEP: 86047-000, Fone (43) 341.9231.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, amparado na competência que lhe assegura a Constituição do Estado do Paraná, em especial o previsto no artigo 54, que trata da competência privada da Assembléia Legislativa e, especificamente dispõe, no inciso XXVIII - que a essa cabe: "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta", REQUER o encaminhamento de proposição ao chefe do Poder Executivo, para que determine, em caráter de urgência, aos órgãos ambientais do Estado, Sanepar - empresa responsável pelo tratamento e distribuição da água no Paraná - a adoção de medidas, como as a seguir sugeridas, para que se possa salvar de possível interdição a represa do Iraí, provocando como consequência, um colapso no abastecimento de água a mais de 70% da população de Curitiba e Região Metropolitana.

O presente requerimento se justifica:

Considerando que, antecedendo à construção da represa do Iraí, foi realizado um estudo, financiado com recursos vindos da Alemanha e num trabalho conjunto do departamento de Geologia-Laboratório Hidrogeológico (LPH) da Universidade Federal do Paraná, Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Sudersa, Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ, Universität Wuerzburg (Alemanha), CEMA e IAP. Estudo esse que demonstrou a inviabilidade da construção da represa do Iraí, pela existência de diversos fatores adversos.

Na parte do estudo, denominado "Prognóstico sobre a Qualidade das Águas do Futuro Reservatório do Iraí", a conclusão foi categórica ao afirmar que é de se prever, por conta do histórico dos reservatórios similares, a ocorrência dos seguintes problemas de qualidade de água, caso não haja um manejo adequado:

- decomposição da vegetação alagada, com consequente consumo de oxigênio hupolimético e eutrofização do lago;

- decantação de sedimentos no reservatório, com o consequente assoreamento devido a erosão dos solos na bacia por falta de cobertura vegetal;

- aceleração do processo de eutrofização, causado pelo aumento de nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo, o que resultará no crescimento de macrófitas.

A preocupação dos órgãos envolvidos chegou ao extremo de indicarem outro local - o Miringuava, que então se prestava como ideal - para construção da futura represa;

- **Considerando** que a Sanepar não levou em consideração o estudo em questão, assim como ignorou os prognósticos feitos por esse quando mostrou a visível conformidade que teria o reservatório: larga (14,6Km e 4224hectares inundados) e rasa (profundidade inferior a 5 metros), possivelmente visando o custo/benefício proporcionado pela pequena distância da Capital e outros, optou por correr o risco, construindo a represa do Iraí;

- **Considerando** que nas “Recomendações de Manejo”, do citado estudo, os técnicos foram categóricos ao afirmarem que: “a prevenção da eutrofização exige providências para atenuar e/ou prevenir os impactos da ação antrópica sobre a qualidade da água” é de se presumir que a Sanepar, ou ignorou mais esse alerta, ou não tomou as providências cabíveis, que poderiam ter evitado que todos os prognósticos se cumpriram e hoje, Curitiba e Região Metropolitana, não estariam enfrentando problemas quase insolúveis provocados pela péssima qualidade da água, com graves riscos para saúde pública, como confirmado pela avaliação do índice de potencial de impacto da ação prevista, calculado pelo empresa Coba - Consultoria de Engenharia e Meio Ambiente, com relação às duas represas que respondem pelo abastecimento de água da Grande Curitiba: “Impacto considerado normal: 0 a 6%

Iraí: 111%

Passaúna 54,7%;

- **Considerando** que a Sanepar tem se mostrado incapaz de melhorar a qualidade da água e furta-se à responsabilidade diante dos alertas dos ambientalistas e órgãos técnicos, que de há muito vêm alertando quanto às consequências danosas para a população em razão da contaminação das águas da represa do Iraí, pela proliferação das algas que, como prognosticou o estudo que antecedeu à construção, têm nutrientes em abundância pela decomposição da vegetação alagada, pelo lixo doméstico e industrial, pelos agrotóxicos utilizados nas culturas da região;

- **Considerando** que, como fartamente noticiado pela imprensa, as margens da represa do Iraí encontram-se entulhadas de lixo doméstico e hospitalar, que vários esgotos aí são despejados, que recentemente surgiu uma nova forma de contaminação do lago (espuma gelatinosa), o que comprova a total falta de fiscalização por parte da Sanepar;

- **Considerando** que a estimativa feita por técnicos da área é de que, no ano próximo, de 2002, o reservatório do Iraí deverá responder por 80% do consumo de água da Região Metropolitana de Curitiba (cerca de 2 milhões de pessoas);

- **Considerando** que os municípios de Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Colombo e Campina Grande do Sul, têm áreas ocupadas pela barragem do Iraí e que, embora recebam incentivo para a proteção das bacias, sem a participação da Sanepar, pouco ou nada conseguem fazer e que a mesma não dispensa a esses municípios a

necessária atenção e apoio na preservação e conservação dos rios que abastecem a represa do Iraí;

- **Considerando** que, embora competentes avaliem que a solução ideal para recuperação da barragem seria desativá-la para uma limpeza completa, essa medida torna-se impossível, uma vez que o processo de esvaziamento leva cerca de três meses e mais um ano e meio para encher novamente o reservatório e a Sanepar não tem como realizar o abastecimento de água, para mais de um milhão de pessoas, de outra forma;

- **Considerando** que a população vem demonstrando sua revolta e insatisfação, por meio de queixas e denúncias encaminhadas aos órgãos públicos de defesa do consumidor, como a imprensa e inclusive recorrendo à Justiça, pela má qualidade da água distribuída pela Sanepar;

Lembrando que água é vida e que o seu humano não vive sem água e que, a persitir a atual situação, são imprevisíveis as consequências advindas da distribuição de água de tão má qualidade à população, dentro da responsabilidade constitucional afeta a este Poder Legislativo cabe exigir do Governo do Estado, na pessoa do chefe do Poder Executivo, que determine a adoção imediata de medidas que possam levar a solução de tão grave problema e, entre essas, as

Medidas Propostas:

1 - Monitoramento de período integral realizado por técnicos (químicos, bioquímicos e outros profissionais), nas elevatórias, nas unidades de tratamento de esgoto, de forma que tal ação tenha prioridade absoluta no sistema de operação da Sanepar;

2 - Envolver os municípios já citados com o IAP (Câmara Técnica), para indicar os caminhos necessários à recuperação da represa, tais como: reflorestamento em torno do lago (meio ambiente prejudicado com a inundação de 424 hectares de floresta e matas ciliares); retirada - com alternativas econômicas - de toda produção agropecuária da região;

3 - Eliminar 100% dos esgotos domésticos e industrial;

4 - Deslocar para fora da bacia do Iraí o cemitério localizado a menos de 3 quilômetros do lago, no município de Quatro Barras;

5 - Criar mecanismos de controle contra acidentes de carga tóxica nos rios Cangüiri e Timbú, que cortam a BR 116, tais como: proibir o transporte de carga tóxica nessa rodovia; implantar fiscalização permanente, ou implantar mecanismos técnicos que evitem, em caso de acidente, que a carga entre nos rios;

6 - Proceder à reestruturação do uso do solo e exploração das fazendas da UFPR e do IAPAR (utilizam insumos agrícolas, agrotóxicos que liberam nutrientes no solo);

7 - Eliminar estradas secundárias que levam ao lago, para evitar o despejo de lixo e detritos nas margens;

8 - Convocar autoridades competentes, da UFPR e de outras instituições, para realizarem estudos que ava-

liem a real situação da represa do Iraí e os perigos que a má qualidade da água possa trazer à saúde dos consumidores, confrontando esses com os fornecidos pela Sanepar, a qual se nega a reconhecer sua responsabilidade como a tomar medidas saneadoras do problema.

Requer ainda, que da presente proposição, seja encaminhado cópia para o senhor secretário de Estado do Meio Ambiente e para a Presidência da Sanepar.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Alcení Guerra - chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações:

- Qual o montante de recursos o FAT recebeu no triênio de 1999/2001?

- Quantos recursos foram aplicados?

- Aonde foram aplicados e para quem foram repassados os recursos?

- Houve, em algum momento, devolução de recursos do FAT pela não aplicação dos mesmos, em tempo hábil?.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado, sugerindo a realização de programa através do órgão competente da administração estadual, de distribuição de vacinas de imunoglobina RH para famílias carentes.

O fator RH é uma preocupação a ser tomada após o parto. É o risco da Doença Hemolítica do Recém-nascido. Na primeira gravidez tudo corre bem mas caso a mãe tenha fato RH negativo e o bebê positivo, existe a chance de tudo se complicar na segunda gravidez. É que na hora do parto é muito comum que o sangue do bebê entre em contato com o sangue da mãe. Sendo esta RH -, ao receber RH+, cria anticorpo para RH+. Numa segunda gravidez, um bebê RH+ pode receber estes anticorpos. As conseqüências podem ir, desde uma simples icterícia, até uma anemia severa o bastante para ser fatal. Tudo se resolve com uma injeção de imunoglobina RH pelo menos 48 horas após o parto. Mesmo que não se tenha certeza do contato entre o sangue do bebê e da mãe, mais uma vez é melhor prevenir.

É grande o número da famílias carentes hoje no Paraná que infelizmente não possuem recursos nem para o sustento de suas famílias, dependendo única e exclusivamente do Sistema Único de Saúde, razão pela qual

solicitamos a doação da vacina pois é uma injeção com custo aproximadamente de quase um salário mínimo, e não entra na lista de medicamentos doados pelo SUS.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário que seja enviado expediente ao Governador do Estado e à senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, solicitando as seguintes informações:

1 - quais as razões que fundamentaram a Resolução nº 1596/2001;

2 - se houve conversações com as entidades interessadas, APAE's, Escolas, Pais, Educadores;

3 - as razões do texto indicado sob nº 3.6 da Instrução Normativa nº /01 - DEE, anexo à Resolução nº 1596/2001 que diz: "O montante de recursos financeiros...será pago de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira...";

4 - pede ainda esclarecimentos sobre os seguintes pontos que a atual resolução revogou com referência à prática anterior:

4.1 cedência de professores especializados para atender alunos portadores de deficiência de qualquer faixa etária;

4.2 período integral para atendimento aos alunos cujo grau de comprometimento da deficiência assim exigisse;

4.3 pagamento de gratificação especial de 50% para os professores especializados;

4.4 termo aditivo para escolas que tivessem aumento no número de matrículas;

4.5 convênios novos;

4.6 repasse dos recursos até o 5º dia útil do mês subsequente;

4.7 Indaga-se ainda: os maiores de 21 anos perdem o direito ao professor; à inviabilidade do atendimento integral; à significativa redução do número de professores?

4.8 Indaga-se, outrossim, acerca das informações acerca da diferença do valor aluno/ano nas diversas escolas. Existe algum cálculo, se existe, quais o elementos que integram a base de cálculo?

5 - Requer que a Resolução nº 159/2001, de 13 de julho de 2001 seja revogada e que nova seja elaborada com a participação dos envolvidos e diretamente interessados.

Requer, ainda, com base nos dispositivos regimentais e legais, a convocação da secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba para que venha a este plenário explicar ao povo do Paraná, mormente às famílias dos portadores de necessidades especiais, a política estadual

para a área, e a seguir, que seja ouvido o presidente da Federação das APAE's do Paraná, nos dias 14 e 15 do corrente mês de agosto, e durante a Sessão Plenária, respectivamente.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado Jaime Lerner e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, solicitando a adoção dos procedimentos necessários, em caráter de urgência, para a recuperação da pavimentação das rodovias PR-218 Ângulo/Atalaia) em PR-458 (trecho Nova Esperança/Atalaia/Flórida, que se encontram em precárias condições, não oferecendo condições mínimas de segurança aos seus usuários.

Os trechos em questão são de grande importância para o desenvolvimento daqueles municípios, visto que servem de escoamento da produção agrícola local, servindo também de vias para o transporte escolar e ligação com outros municípios.

Da mesma forma, requer a recuperação da sinalização horizontal e vertical, praticamente inexistente naquelas rodovias.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos prefeitos e Câmara de Vereadores dos municípios de Ângulo, Atalaia, Nova Esperança e Flórida.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente com votos de congratulações ao diretor de redação do Jornal Gazeta do Povo, jornalista Arnaldo Cruz, pela excelente matéria publicada naquele informativo, sob o título "O Paraná criou mais empregos", datado de 06 de agosto próximo passado.

A referida matéria mostra que o Paraná é o quarto maior exportador do país e as perspectivas para este segundo semestre continuam positivas, apesar de todas as turbulências pelas quais nosso país atravessa.

Ressalta ainda o referido editorial que o Estado do Paraná apresentou, no primeiro semestre, o melhor crescimento do número de empregos desde 1990, com expansão de 4,17%, totalizando 1.468 milhão de trabalhadores com carteira assinada.

Iniciativas como esta trazem alento ao empresariado paranaense que muitas vezes é atingido com notícias pouco otimistas, fazendo com que haja uma desaceleração da economia.

Queremos deixar registrada a importância da divulgação de matérias que enaltecem e mostram a realidade da terra em que vivemos, contribuindo para que novas indústrias aqui se estabeleçam, novas oportunidades de negócios apareçam, e, conseqüentemente novos empregos sejam gerados.

Nossos parabéns e agradecimentos ao ilustre jornalista Arnaldo Cruz.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o afastamento do Sr. Gilson Garret Algauer, delegado-chefe da 10ª Sub-divisão Policial de Londrina.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A população londrinense, todos os dias surpreende-se com as ocorrências referente à falta de segurança da cidade, deixando de ter uma melhor qualidade de vida.

Londrina hoje, é a cidade que está com os maiores índices de criminalidade do Estado do Paraná. É preocupante, pois todos estão sujeitos à violência que assola as diversas camadas sociais, em todas as faixas etárias, gerando insegurança nas famílias.

Frente a isto, julgamos que a pessoa responsável pela segurança de Londrina não está apta a exercer tal função, já que não há resultados positivos com relação a este problema.

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando, devido a água fornecida ser inadequada aos usuários da Região Metropolitana de Curitiba pela Companhia de Saneamento do Paraná, a imediata suspensão da cobrança das taxas já cobradas pela Sanepar, tendo em vista que o serviço é de péssima qualidade, causando graves problemas de saúde à comunidade.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente à Federação das Associações de Municípios do Estado do Paraná e ao secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e finalmente ao presidente

do Paraná-Cidade, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, determinando as seguintes informações:

1. Convênio (s) estabelecido (s) entre a Federação e a Paraná-Cidade e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, visando ações conjuntas.

2. Indicar a origem dos recursos e montante dos repasses.

3. Especificar as ações, indicando projetos, custos, relacionar nomes e atividades de pessoas e empresas beneficiadas pelo convênio, incluindo, além disso, a prestação de contas detalhada, que indique o cumprimento de metas estabelecidas e projetos realizados, e os benefícios advindos para os municípios e o Estado do Paraná.

4. Convênio (s) estabelecido (s) entre a Federação das Associações de Municípios do Paraná, Entidade Paraná-Cidade e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com as Associações Municipais, Regionais, indicando projetos e ações realizadas, custos e pessoas e entidades beneficiadas, juntando Prestação de Contas.

5. Indicar se Federação das Associações de Municípios esta apta legalmente a receber recursos públicos ata da eleição da atual diretoria.

6. Juntar documentos comprobatórios com valores de convênios, repasses, despesas, incluindo cópias das Prestações de Contas.

7. Todas as informações devem abranger o período de 1997-2001.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. secretário de Administração e Previdência, e ao Sr. governador do Estado, expediente solicitando as seguintes explicações:

1. Qual o motivo pelo qual as Secretarias que ocupavam o Edifício Castelo Branco, estão se deslocando para o Complexo do Itaú/Banestado em Santa Cândida.

2. A quem pertence o Complexo Itaú/Banestado de Santa Cândida? Se ao Banco Itaú, indicar com cópias de contratos, as condições existentes (financeiras e outras);

3. Foram realizados estudos técnicos, acerca do assunto? Em caso afirmativo anexar cópias;

4. Qual o destino a ser dado ao Edifício Castelo Branco? Informar com dados técnicos, legais e financeiros?

5. Os servidores públicos terão seu lugar de trabalho alterado por disposição unilateral do Governo, terão algum tipo de benefício (Vale-Refeição, Vale Transporte, outros)?

Se afirmativo, informar o modo de concessão;

6. Dentro de dez anos quando o Banco Itaú for exercer seus direitos e exigir os imóveis, como ficará a

situação do Estado do Paraná e suas secretarias e servidores públicos?

7. O Estado do Paraná estará pagando para utilizar o Complexo Itaú/Banestado de Santa Cândida? Quanto e por quanto tempo? Ou a partir de quando e quanto (estimativa, se for o caso);

8. Existe previsão orçamentária para tais despesas?

9. No caso de transformação do Edifício Castelo Branco em Museu, qual o fundamento legal, e as razões técnicas já que Curitiba tem diversos museus estaduais, (incluindo duas Faculdades de Artes), em situação extremamente precárias? Explicar.

10. No caso de cessão ao Poder Judiciário, justificar as razões, já que o Governo não está fazendo outra coisa que adiar solução definitiva da matéria e colocando o Serviços do Poder Executivo, do Estado e os servidores públicos em situação precária;

11. Por que o Governo não busca melhorar os museus e escolas de artes já existentes (se for a assertiva 8) ou constrói, com orçamento do Judiciário, nas sedes para os serviços (se for a opção 9), ao invés de criar um problema para futuras administrações e servidores, já que quase trinta anos o edifício construído pelo Governador Jaime Canet Júnior, tem sido útil ao fim a que se tem destinado dentro da visão do grande Governador Bento Munhoz que se propôs a criar o “Centro Cívico” do Paraná, buscando, operosidade, praticidade, eficiência e foi modelo para tantos outros Estados da Federação Brasileira? Daí porque, sugerimos ao governo interromper tal ação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Coordenador Geral do Procon - PR, Dr. Nain Ackel Filho, solicitando providências urgentes à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, para que tome as devidas providências no sentido de autuar a Sanepar, para que seja responsabilizada pelos transtornos que a empresa vem causando aos consumidores paranaenses.

Justificamos nosso requerimento, com fundamento nos transtornos causados pela má qualidade da água que está sendo fornecida pela Sanepar aos consumidores. Inúmeros jornais vêm publicando, nos últimos dias, os problemas ocasionados pelas algas oriundas da barragem do Iraí. A Sanepar divulga os seus prêmios Abes da Qualidade e as certificações ISO 9002 e ISO 14001, porém, na realidade, os clientes estão insatisfeitos com o atendimento.

Considere-se, principalmente, que a empresa não está cumprindo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 36, que prevê que a

água para consumo deve estar livre de odor e sabor, pois a situação do produto fornecido pela Sanepar está longe de atender às exigências do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao diretor-presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando que a Sanepar conceda um desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de água, até a solução definitiva do problema de odor na água fornecida pela empresa aos consumidores paranaenses.

Justificamos nosso requerimento, com fundamento nos transtornos causados pela má qualidade da água que está sendo fornecida pela Sanepar aos consumidores. Inúmeros jornais vêm publicando, nos últimos dias, os problemas ocasionados pelas algas oriundas da barragem do Iraí. A Sanepar divulga os seus prêmios Abes da Qualidade e as certificações ISO 9002 e ISO 14001, porém, na realidade, os clientes estão insatisfeitos com o atendimento.

Considere-se, principalmente, que a empresa não está cumprindo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 36, que prevê que a água para consumo deve estar livre de odor e sabor, pois a situação do produto fornecido pela Sanepar está longe de atender às exigências do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente ante à Mesa Executiva, REQUERER se digne encaminhar ao Exmo. Sr. secretário de Transportes do Estado do Paraná, Sr. Nelson Justus, pedido de informações sobre a atual situação da rodovia PR-412, elo de ligação entre os municípios de Pontal do Paraná e Matinhos, especialmente sobre:

- a) se há previsão para início das obras de recuperação da pavimentação asfáltica;
- b) se há previsão para início das obras de implantação do acostamento;
- c) se há previsão para recuperação da sinalização viária.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido sobe-

rano Plenário, e com base no Artigo 135 do Regimento Interno, o envio de pedido de informações, ao Sr. José Antonio Andreghetto, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, no sentido de prestar informações referente ao número de Títulos emitidos na Faixa de Fronteira, pelos seguintes Governadores do Estado do Paraná:

1. Bento Munhoz da Rocha
2. Moysés Lupion
3. Ney Braga
4. Emilio Gomes
5. Paulo Pimentel
6. José Richa
7. Álvaro Dias
8. Roberto Requião
9. Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, as providências necessárias à convocação do diretor-presidente da Sanepar- Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, e do diretor de operações Jean-Marie D'Aspe, para que compareçam a esta Assembléia legislativa, no próximo dia 08 - quarta-feira, às 10h00, para prestarem esclarecimentos à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sobre os graves problemas ecológicos que vêm ocorrendo na represa do Iraí, com a conseqüente distribuição de água de má qualidade a mais de 70% da população de Curitiba e região metropolitana.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 314/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviário do Estado do Paraná - Funcor, acrescentando inciso XVII ao seu art. 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º -.....

I -.....

XVII - Representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - Faciap”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de acrescentar a Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná no Conselho de Administração do Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor.

A Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná, está presente em mais de dois terços dos municípios do Estado do Paraná, exercendo trabalho de fomento, apoio e desenvolvimento do setor comercial paranaense.

Sendo assim e considerando que a Faciap trará grande contribuição ao Conselho Administrativo do Funcor, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 315/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Moradores do Bairro dos França, com sede e foro no município de Ortigueira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A União dos Moradores do Bairro dos França foi fundada em 05 de outubro de 1999, com sede na rua Principal s/nº, bairro dos França, distrito de Barreiro, município e comarca de Ortigueira.

É uma entidade sem fins lucrativos, constituída por proprietários ou locatários residentes no bairro dos França, e tem tempo indeterminado de duração.

Tem por objetivo congregar os habitantes da localidade e adjacências em torno de seus problemas fundamentais, promover seu desenvolvimento comunitário para a plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e se desenvolver. Promover atividades sociais, culturais e desportivas, firmar convênios com entidades federais, estaduais, municipais e outras, visando sempre assistir pessoas carentes.

A diretoria é composta por presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, e 1º e 2º tesoureiros, que não recebem qualquer remuneração por suas atividades.

A documentação que acompanha esta proposição está de conformidade com as disposições legais.

Ante ao exposto e por tudo mais que a União dos Moradores de Bairro dos França se propõe a realizar, solicito o apoio dos nobres pares que compõem esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 316/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede na cidade de Sertaneja e foro e comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação, que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem desempenhando com muita presteza e eficiência, os objetivos para os quais foi criada.

A Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, constituiu-se em sociedade civil, sem fins lucrativos e, encontra-se registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca da Cornélio Procopio sob o nº 1.197, do livro A-6, de Pessoas Jurídicas.

Entre suas atividades está a de congregar, estimular a solidariedade e cooperação entre os moradores, bem como representar a comunidade perante os órgãos públicos e manter serviços assistenciais.

O prazo de duração é indeterminado, seus diretores não são remunerados, e é reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 960/2001, de 27 de junho de 2001.

A documentação anexa a presente proposição atesta o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, com as alterações da Lei nº 8.589, motivo pelo qual, esperamos dos nobres pares a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 317/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica excluído o município de Tibagi da abrangência do Núcleo Regional de Ponta Grossa e inclui o referido município de Tibagi no Núcleo de Educação de Telêmaco Borba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O município de Tibagi sempre teve uma grande ligação afetiva e administrativa com Telêmaco Borba, pois esse município nasceu, em 1963, fruto de um desmembramento do território tibagiano.

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, estamos também atendendo a comunidade de Tibagi que há muito reivindica a transferência para o Núcleo Regional de Telêmaco Borba. A reivindicação se justifica dada a maior proximidade com o município de Telêmaco Borba, o que facilitará a comunicação dos docentes e discentes de Tibagi com o núcleo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 318/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 13.229, de 18 de julho de 2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - O Núcleo Regional de Ibaiti será desmembrado do 30º Núcleo Regional de Educação e será constituído pelos municípios de Ibaiti, Japira, Jaboti, Pinhalão, Tomazina, Figueira, Conselheiro Mayrinck, Jundiá do Sul, Siqueira Campos e Guapirama.”

Art. 2º - Os municípios de Curiúva, Sapopema e Ventania, passam da abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti para o Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de transferir os municípios de Curiúva, Sapopema e Ventania da abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti para o Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba.

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, estamos também atendendo as comunidades dos municípios acima citados que há muito reivindicam a transferência para o Núcleo Regional de Telêmaco Borba. A reivindicação se justifica dado a maior afinidade administrativa com o município de Telêmaco Borba, o que facilitará a comunicação dos profissionais de educação de Curiúva, Sapopema e Ventania com o Núcleo.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 319/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica excluído o município de Quatiguá da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva e inclui o

referido município de Quatiguá no Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto para transferir o município de Quatiguá da abrangência do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, estamos também atendendo a comunidade de Quatiguá que há muito reivindica a transferência para o Núcleo Regional de Jacarezinho. A reivindicação se justifica dado a maior afinidade administrativa com o município de Jacarezinho, o que facilitará a comunicação dos docentes e discentes de Quatiguá com o Núcleo.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 320/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do Bairro Monte Castelo, com sede no município de General Carneiro e foro na comarca de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de declaração de Utilidade Pública da Associação Clube de Mães Santa Luzia do Bairro Monte Castelo, da cidade de General Carneiro, Estado do Paraná, vem contemplar uma associação pelo mérito dos trabalhos desenvolvidos em favor da população do município.

A entidade desenvolve ações às crianças, interferindo diretamente nas áreas de crescimento e desenvolvimento, no que concerne à educação, saúde, nutrição, fiscalizando o atendimento de saneamento básico e outros aspectos do atendimento público oficial.

Por se tratar de matéria de extremo mérito, solicitamos aos nobres pares desta Assembléia Legislativa, o apoio à proposição em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 321/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nos Hospitais da Rede Pública Estadual, Centros de Apoio Psicológico e Jurídico às famílias em luto.

Art. 2º - Cabe aos Centros de Apoio assistir, através de apoio psicológico, jurídico e de assistência social, as famílias de doentes que venham a falecer nos hospitais durante a internação.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a firmar parceria com a Defensoria Pública Estadual, Faculdades de Direito, de Psicologia e de Serviço Social, e ainda com a iniciativa privada.

Art. 4º - O serviço prestado por alunos de cursos de ensino superior nos Centros, contará como tempo de estágio.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei por ato próprio.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A morte de um familiar provoca desespero e ansiedade aos familiares que recebem a notícia.

Na maioria dos casos, esses familiares não têm noção dos seus direitos e deveres em relação a seguros de vida, direitos trabalhistas, etc., sendo de fundamental importância a presença de um profissional que possa instruí-los.

Objetivando criar condições para imunizar o atendimento aos familiares, a presente proposição cria condições para diminuir fraudes, comércio ilegal de órgãos, de intermediação de agentes funerários e outros, além de amparar psicologicamente essas famílias.

PROJETO DE LEI Nº 322/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 27 de janeiro de 1999, a Associação dos Idosos Peabiruenses - API, é uma entidade de caráter social, cultural, recreativa e filantrópica de fins não lucrativos que tem por objetivo principal, servir de encontro e estabelecer convivência entre os associados, proporcionando-lhes atividades que correspondam aos seus interesses e necessidades.

A documentação em anexo comprova que a entidade preenche os requisitos exigidos por lei.

Contamos pois, com o apoio dos nobres deputados, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 323/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a enquadrar no cargo de advogado da Carreira Especial de Advogados do Estado, nos termos da Lei nº 9422/90, os advogados estáveis concursados, dos quadros das Instituições de Ensino Superior do Paraná, que estejam no efetivo exercício dessas funções, observados os critérios de ascensão previstos em lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto objetiva autorizar o Poder Executivo a promover o enquadramento dos advogados que atuam nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, haja vista que a Lei nº 9.422/90 não os exclui do direito de comporem o Quadro de Advogados da Carreira Especial do Estado do Paraná.

Os respectivos servidores são advogados, concursados, estáveis, no pleno exercício de suas funções nas Instituições de Ensino Superior, preenchem os requisitos necessários ao enquadramento do Quadro da Carreira Especial de Advogado do Estado, satisfazem as exigências contidas no artigo 1º da Lei nº 9.422/90 a qual obedeceu o ordenamento previsto no artigo 56, dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

Constituição do Estado do Paraná.

Art. 56 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias.

“Art. 56 - O assessoramento jurídico nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a representação judicial das autarquias e fundações públicas serão prestados pelos atuais ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados, assessores e assistentes jurídicos estáveis que, nos respectivos Poderes, integrarão carreiras especiais.”

Lei nº 9.422/90

“Art. 1º - Fica criada a Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná, tendo por atribuição o Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo e a representação judicial da Autarquia”.

Diante da existência de profissionais advogados que trabalham nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, que embora possuam os requisitos para o seu devido enquadramento na Carreira Especial de Advogado do Estado, mas estão hoje enquadrados indevidamente pela Secretaria de Administração do Estado é o presente, justo pleito, pois tem-se, como objetivo, o efetivo cumprimento do ordenamento legal, que como vimos acima criou o Plano de Carreira para os advogados que exerciam, exercem e os que vierem a exercer o respectivo mister.

Contamos pois com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei, para que possa prevalecer a justiça e a lei.

PROJETO DE LEI Nº 324/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Insere novo parágrafo no artigo 180, da Constituição Estadual do Paraná, referente ao Capítulo II - Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I - Da Educação:

I - As Universidades do Estado do Paraná, de acordo com as formas da lei (artigo 27, parágrafo 13), terão autonomia para contratarem um executivo que administre, gerencie e seja o interlocutor da instituição.

De acordo com o artigo 27, Título II - Da Administração Pública, Capítulo I - Disposições Gerais, parágrafo 13:

“A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.”

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Propomos, com este projeto de lei, que as universidades estaduais contratem um executivo que desenvolva ações empreendedoras exigidas pelo mercado, pois nem sempre o reitor tem a visão administrativa do setor, gerando consequências negativas para a própria institui-

ção. Assim ele exerce, de fato, sua magnificência, desempenhando uma função política, fundamental para a manutenção da mesma.

O mercado, em todos os segmentos que o compõem, está cada vez mais competitivo. As organizações necessitam de uma visão estratégica, ou sua permanência torna-se frágil e logo será extinta do meio empresarial. Isso só é possível quando há presença de profissionais qualificados, que tenham a habilidade de torná-la competitiva em todos os níveis empresariais.

O segmento educacional vem crescendo de forma rápida, o que não acontecia há alguns anos. Hoje, temos faculdades, universidades, instituições de ensino das mais variadas áreas e outras aguardando autorização do Ministério da Educação. Algumas conquistam boa participação no mercado, devido à visão administrativa adquirida pela composição do quadro funcional, ou seja, executivos com habilidade de realizarem uma reengenharia adequada, moderna e nos moldes exatos para capitalizar mais à instituição.

As Universidades Estaduais do Paraná devem buscar esta participação no mercado. Cumprir com seu papel político, mas também empresarial.

PROJETO DE LEI Nº 325/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Surdos de Londrina, com sede e foro em Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Surdos de Londrina, desde a sua existência, presta um serviço que merece o reconhecimento do Estado pelos trabalhos desenvolvidos em favor desta classe.

É uma entidade que tem como principal objetivo valorizar estas pessoas, que apesar da deficiência auditiva, são capazes de ouvir os apelos da comunidade. Para isso, estimulam os laços de união entre eles, beneficiando-os na vida social, econômica, moral, cultural e recreativa.

Além disso, desenvolvem um amplo trabalho, a fim de resgatar a auto-estima, através de intercâmbios entre surdos do mundo inteiro, promovendo atividades artísticas e desportivas, entre tantas outras ações.

Sem dúvida, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses desta classe, para que jamais sejam excluídos por serem portadores desta deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 326/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José de Anchieta, Ensino de 1º Grau, regular e supletivo, e 2º Grau, supletivo, com sede e foro em Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio José de Anchieta, Ensino de 1º Grau, regular e supletivo, e 2º Grau, supletivo, tem como principal objetivo dar assistência ao aluno, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, portanto merece reconhecimento por meio de Lei de Utilidade Pública Estadual.

É uma entidade que integra a comunidade na escola, discutindo a política educacional, além de representar pais e alunos junto ao estabelecimento de ensino, garantindo uma melhor qualidade no aprendizado.

O resultado do entrosamento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através das atividades sócio-culturais, beneficia toda a população que está direta ou indiretamente ligada ao ambiente escolar, promovendo a qualidade de vida destes moradores.

É um projeto que merece a aprovação, pois a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José de Anchieta valoriza sobretudo a educação dos alunos, tornando-os cidadãos conscientes, capazes de exercerem seus direitos e deveres frente ao Estado.

PROJETO DE LEI Nº 327/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como da Polícia Civil, poderá ser permitido, na forma desta lei, a título precário e sob qualquer modalidade de remuneração prevista em lei, o desempenho da vigilância privada, exercida no Estado do Paraná, autorizadamente, por pessoas jurídicas não participantes do sistema nacional de segurança pública, para a proteção especial de pessoas, bens, serviços e instalações, com exceção daquelas cujas atividades sejam regidas por legislação especial.

§ 1º - A permissão facultada pela presente lei será objeto de requerimento apresentado pelo servidor interessado ao seu superior hierárquico imediato que o submeterá dentro de dez (10) dias à autoridade competente para decidir.

§ 2º - O requerimento será instruído com as seguintes informações e documentos:

a) nome do servidor interessado, endereço completo, matrícula e lotação;

b) declaração da pessoa jurídica referida no *caput* deste artigo, de que conhece a legislação vigente sobre as atividades policiais civis e militares de que lhe foi comunicada pelo candidato à função de vigilância privada a sua condição de policial civil ou militar, bem como sua identificação e área de abrangência e/ou de serviços.

Art. 2º - No desempenho da atividade de vigilância privada, o policial civil e militar deverá comunicar imediatamente aos órgãos policiais próprios quaisquer fatos criminosos de que venha tomar conhecimento.

Art. 3º - Em razão de conveniência dos serviços e, ainda por motivos disciplinares, a permissão poderá ser negada ou revogada, se já concedida.

Art. 4º - A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil deverão coordenar no âmbito próprio, os procedimentos de autorização e controle da licença e das atividades desenvolvidas pelo servidor, conforme contido nesta lei.

§ 1º - Os ocupantes de cargos e funções de confiança, direção ou comando superiores e intermediários, bem como aqueles que se encontrem em estágio probatório, freqüentando cursos de formação profissional específica ou ainda academias, ficam proibidos de exercer as funções previstas nesta lei.

§ 2º - Incidirá em falta grave o policial civil ou militar que exercer funções definidas nesta lei sem prévia e expressa autorização da autoridade competente.

§ 3º - Os atuais servidores de que trata esta lei e que estiveram desempenhando funções referidas no artigo 1º, terão suas situações equacionadas em trinta (30) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender, mesmo a título precário, os pleitos dos servidores, tanto da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, como da Polícia Civil, dando-lhes oportunidade para desempenharem outras funções daquelas da segurança pública.

Certamente, a melhor política deveria ser a de melhorar os índices salariais dos policiais dentro de um plano de carreira efetivo e certamente profissionalizante. Daí termos optado por uma forma de compensação a "título precário".

A este respeito já estamos elaborando projeto de lei a ser apresentado à apreciação deste Poder, tratando

de uma séria e responsável estruturação salarial e profissionalizante da Segurança Pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 328/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o fim específico de implantar no município de Foz do Iguaçu, um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus.

Parágrafo Único - As normas e critérios, a serem adotados, serão definidos de comum acordo entre os Estados referidos no *caput* deste artigo, obedecida a legislação pertinente.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alteração orçamentária necessária para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

- I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;
- II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,
- III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, "A construção da Hidrelétrica de Itaipu", verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes. Dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômico que a cidade enfrenta devido o rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado em 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad Del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois no auge do

turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas que chegou em 1994 a cerca de 3.500.00, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprista deixara 50 dólares em Foz do Iguaçu e 1.500 dólares em Ciudad Del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período Ciudad Del Este se tornou o terceiro centro comercial do Planeta, com um movimento financeiro em torno de 12 bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do Mercosul, que facilitou as exportações e importações, o comércio exportador de Foz do Iguaçu foi praticamente nocauteado, o turismo de compra, também em razão da redução da cota de 250 para 150 dólares, caiu continuamente a partir de 1995.

No ano de 1994 o número de turista excluindo-se os visitantes do Parque Nacional, foi aproximadamente 3.500.000. Já no ano de 2000 esse número foi apenas de 900.000, verificando-se uma queda acentuada na ordem de 2.400.000 compristas, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

De 1994 a 2000, os visitantes no Parque Nacional mantiveram-se estáveis, provando que a economia baseada no turismo vai bem, porém insuficiente para empregar tantos imigrantes.

O desemprego de Foz do Iguaçu atinge cerca de 35.000 pessoas, aproximadamente 13% da população oficial do município contada pelo Censo do IBGE realizado no ano passado. Esse índice é acima da média nacional, que é aproximadamente 8% da população brasileira. Responsabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os governos estadual e federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o município não tem indústria nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da tríplice fronteira.

São milhares de iguaçuenses que esperam a concretização de vocação, comercial e de prestação de serviços, setores que precisam ser viabilizados através da implantação de uma área de exclusão fiscal, como já tomam a dianteira Puerto Iguazu do lado Argentino e as cidades paraguaias da fronteira.

A implantação de um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus na cidade de Foz do Iguaçu, através de um acordo entre os Estados do Paraná e do Amazonas, além de gerar milhares de empregos para o povo iguaçuense, vem ao encontro da vocação principal da cidade, uma vez que a comercialização dos produtos da Zona Franca de Manaus irá incrementar o turismo e, por outro lado, será barreira à evasão

fiscal, correspondendo portanto aos interesses não só de Foz do Iguaçu e do Paraná, mas também da União e da indústria nacional.

A proposta do pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus em Foz do Iguaçu é uma alternativa ao projeto de criação da Área de Livre Comércio (ALC), que está engavetado na Câmara Federal, e resultado do trabalho da Comissão Pró-Área de Livre Comércio da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, presidida pelo vereador Edson Mezomo e integrada pelos vereadores Ademar Hajak, Marcelino Moura, Vilmar Andreola, Maxciel Pedroni, Nilton Nadai e Adilson da Silva, que culminou na assinatura de um protocolo de intenção entre o município de Foz do Iguaçu e o Estado do Amazonas, em 09 de julho de 2001.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais pares para aprovação da matéria em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 329/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Centro Administrativo Regional de Paranavaí, com sede no município de Paranavaí.

Parágrafo único - O Centro Administrativo Regional de Paranavaí sediará todos os núcleos regionais das Secretarias de Estado, autarquias e órgãos estaduais, que estão, atualmente, sediados no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranavaí sedia atualmente a Claspap, Codapar, Detran, IPE, IAP, Secretaria da Agricultura, Emater, Secretaria dos Transportes, (DER), Decom, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Criança, Secretaria da Educação, Paraná, Esporte, Secretaria da Saúde e Suderhsa. Estes órgãos encontram-se espalhados pela cidade, em diferentes pontos, o que dificulta sobremaneira a vida dos usuários que necessitam fazer uma verdadeira peregrinação para poderem resolver seus problemas.

Acreditamos que com a criação do Centro Administrativo Regional de Paranavaí, teremos uma redução considerável de valores e um atendimento centralizado, o que facilitaria o dia-a-dia dos usuários.

Nossa sugestão é de que o prédio da Codapar seja destinado a abrigar o Centro, objeto do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Pequeno Expediente, primeira oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada.

No dia de ontem debatemos muito sobre a Resolução nº 1596/2001 da secretária Alcyone Saliba, no qual gostaria de parabenizar as APAE's do Paraná pela conquista da revogação desta resolução. Acredito que ela só aconteceu porque houve uma grande mobilização, caso contrário seria mais uma medida que com toda certeza iria prejudicar muito as pessoas que precisam deste atendimento, principalmente porque são pessoas que não têm condições de se defender, mas que precisam de alguém que as defenda. E isso aconteceu. E graças à grande mobilização é que hoje tivemos a notícia de que houve a revogação desta resolução. Aqui, nesta Casa de Leis, temos vários deputados que representam a região Sudoeste, assim como tantos outros que aqui estão, que acredito que estão preocupados com a agricultura do nosso Estado.

E diria que a agricultura familiar é responsável por quase 80% dos produtos colocados na mesa dos brasileiros, embora quase sem incentivos por parte dos governantes, mas com muita esperança os agricultores vão trabalhando, no dia-a-dia lançando a semente de esperança em ver a agricultura valorizada, respeitada, onde os princípios de cidadania se façam presentes construindo vida digna no campo.

É lamentável o que aconteceu na região Sudoeste do Paraná. E cito principalmente o município de Renascença, um município muito próximo a Francisco Beltrão, onde cerca de 270 famílias sempre produziram e conseguiram de certa forma ter boa colheita. No ano passado essas famílias venderam toda a sua produção de soja e de milho para uma empresa chamada Olvepar. Cerca de 80 mil sacas de soja e 20 mil de milho foram depositadas ali pelos agricultores desses municípios.

Infelizmente, no dia 10 de julho de 2000, essa empresa, após adquirir os produtos dos agricultores, pediu concordata preventiva, deixando os agricultores num desespero total. Passou-se mais de um ano e até agora nenhuma resposta, nenhuma satisfação para os agricultores, que ali depositaram todo o seu trabalho. Esses agricultores que trabalham no dia-a-dia, esses agricultores que enfrentam o sol e a chuva, esses agricultores que deixaram o seu suor nesta produção, infelizmente estão, até agora, sem nenhuma resposta.

Houve uma mobilização no início do mês de julho em frente à antiga Olvepar, hoje alugado para uma outra empresa, na espera de poder ter alguma resposta. E esses agricultores não estão mais lá, mas estão na esperança de poder receber o que é deles por direito; não roubaram isso, é o trabalho deles, é o suor deles, não só dos agricultores, mas também de suas famílias.

Lamentamos que isso tenha ocorrido, porque isso empobrece ainda mais a nossa agricultura, faz com que o nosso agricultor pense ainda mais em sair do campo, e, com isso, aumentar o êxodo rural.

Por isso trago essa preocupação aqui nesta Casa de Leis. Sabemos bem que a Olvepar é uma empresa bem sucedida e a gente espera que tenha alguma resposta para que esses agricultores possam ter esperança de receber a produção que depositaram, todo o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto Vossa Excelência se deseja fazer uso do Horário do PT.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Só para concluir, senhor presidente.

Deixo essa preocupação e espero poder contar com o apoio dos senhores deputados para que a gente possa obter alguma resposta positiva que venha dar um ânimo maior aos agricultores que estão à espera de poder receber o que é deles, por direito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Edson Strapasson, no Pequeno Expediente.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, venho à tribuna nesta tarde para colocar a esta Casa uma questão que vem sendo debatida pela imprensa da Região Metropolitana de Curitiba, por alguns deputados e que nós aqui deveremos, creio eu, fazer algum encaminhamento de forma sólida e concreta para o que está acontecendo atualmente na região de Curitiba, onde mais de um milhão e meio de pessoas estão recebendo diariamente uma água sem a mínima condição de consumo.

Temos recebido reclamações e acompanhado a Sanepar em entrevista pela televisão, alegando que a água é potável, que é própria para consumo e que não oferece riscos à saúde. Ora, a Sanepar, que é uma concessionária do serviço de água e esgoto que, perante a sua concessão, tem a obrigação de colocar à disposição do usuário uma água com condições de consumo e para isso, conforme exigências das normas do Ministério da Saúde, a água não pode conter cheiro e gosto para o consumo humano. Evidentemente é muito fácil para a Sanepar tentar se esquivar e dizer que não foi sua culpa.

Ora, quando vemos uma companhia que presta um serviço público não atender com o produto desejado, perante a sociedade, é evidente que vemos muitas vezes essas empresas privadas serem autuadas pelo poder público e o governo do Estado, por ser uma companhia estadual de saneamento, apesar de já estar sendo dirigida pelo sócio minoritário que dá as cartas do jogo. Infelizmente, foi iniciado o uso da Barragem do Iraí, sem os cuidados devidos.

Ora, se a Sanepar executou os trabalhos de forma a prevenir que isso ocorresse, com certeza deveria se alertar anteriormente. Se ela não provocou esses estudos, com certeza foi inconsequente. Há relatos que existe um

relatório anterior denunciando que esse cheiro e mais gosto poderiam ocorrer, e se a Sanepar, mesmo assim, insistiu a vender um produto sem condições, ela deve ser penalizada.

Estamos encaminhando um requerimento que eu tenho certeza fará com que a Sanepar cumpra aquilo que se propõe a fazer, fazendo com que ela, até que se regularize a qualidade da água, coloque à disposição do usuário uma água com condições de consumo, ela deve ser res-tringida, reduzindo em 50% no custo tarifário.

Quando o cidadão não paga sua água, a Sanepar vai lá e corta. Ora, se a Sanepar não está cumprindo com aquilo que se dispôs, creio que o cidadão deverá ser res-sarcido, pagando menos, porque se ele pode usar a água para uso doméstico, ou seja para lavar roupa, seja para a descarga ou outras atividades do lar, com certeza ele não poderá fazê-lo para sua alimentação, para seu uso higiê-nico, porque a água não oferece condições mínimas, com um cheiro, para aqueles que conhecem, do tal antigo e temido BHC. Realmente, muita gente tem se mantido de uma forma muito precavida, porque o cheiro é muito forte e quando fervida, fica pior ainda.

Evidentemente, senhores deputados, esta Casa deve exigir que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde, autue a Sanepar e que até então, - através de uma ação popular que deveremos encaminhar - a Sanepar faça o ressarcimento cobrando apenas 50% do valor. Porque não é justo, quando o cidadão não cumpre a sua parte, a Sanepar corta sua água. Quando o cidadão compra uma água sem condições mínimas de uso, a Sanepar apenas diz que a água pode ser usada! Ela ape-nas vai à imprensa e diz que a água tem qualidade!

Eu gostaria que a própria Sanepar viesse até esta Casa fazer uma amostra de que esta água realmente tem condições de uso.

Então, é neste sentido que estamos encaminhando, pedindo que a sociedade se organize, que encaminhe ações no sentido que através da Justiça nós tenhamos reparado a sociedade daquilo que ela está pagando e não está recebendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente e senhores deputados, apenas para comunicar à Casa minha ausência no dia de ontem. Estive em Porto alegre, participando de um Encontro da Região Sul do PSDB, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o presidente nacional do Partido, deputado José Anibal, naturalmente discutindo questões internas do partido, definindo estratégia e a forma de se fazer um trabalho visando a eleição para o ano que vem.

Queria comunicar à Casa, à imprensa e ao Paraná que amanhã, às 10h00 da manhã, a Comissão de Defesa

do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por mim presidida e composta pelos deputados Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Fernando Ribas Carli, Edson Strapasson, Ademar Traiano, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho, Antonio Belinati, Custódio da Silva, Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Ricardo Chab, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Basílio Zanusso, entre titulares e suplentes, vai realizar um debate público sobre a criação de agências reguladoras dos serviços privatizados, dos serviços terceirizados, dos serviços concedidos.

O Paraná está saindo tarde, inclusive, em relação à questão da agência reguladora. Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, já tem suas agências reguladoras funcionando maravilhosamente bem. É uma necessidade, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Até porque na medida em que aumentam as empresas terceirizadas, privatizadas ou concedidas, aumentam as dificuldades da sociedade e do próprio governo em controlar estas empresas das mãos da iniciativa particular, privada, porque elas não tem o que tinham os governos, que é a sensibilidade para com as tarifas sociais, por exemplo, para a expansão das redes, no caso de água, luz, esgoto, para locais onde não são altamente lucrativos, porque as empresas privadas, no mundo capitalista, naturalmente só querem lucro e mais lucro, e a qualquer custo! E aí tem que haver as agências reguladoras, e o Paraná precisa de uma grande, forte e respeitada agência reguladora, para coibir os abusos nestes serviços que estão sendo privatizados e terceirizados. É o caso dos pedágios, do saneamento, a Copel, em vias de ser privatizada ou não. São empresas que antes ou hoje, nas mãos do governo, cumprem a função social. Mas, na área privada, naturalmente, atuarão visando única e exclusivamente lucros.

Esta Casa já tem tramitando, nas suas comissões, quatro projetos de lei, visando a regulamentação destas agências. Um é de minha autoria. Foi apresentado em 1999, o Projeto nº 10/99. Outro do deputado e hoje-vice-prefeito de Curitiba, Beto Richa, é o Projeto nº 80/99. Também um projeto do deputado Divanir Braz Palma. E também, recentemente, a Casa recebeu um projeto de iniciativa do Governo do Estado, que prevê uma agência especificamente para regular ou cuidar das questões de saneamento e eletricidade, no caso de ser privatizada a Copel.

Portanto, eu gostaria de mais uma vez convocar os colegas parlamentares, particularmente os membros desta comissão, para amanhã, juntamente com a ADOC, com o IDEC, com o Ministério Público de Defesa do Consumidor -Procon, e esta Casa através de sua comissão, promovamos um debate amplo, aberto, profundo, para que consigamos aprovar, enfim, um projeto de lei, uma lei que atenda os interesses da sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, gostaria de uma atenção especial do líder do governo, - parece-me que é o deputado Traiano que está respondendo pela liderança, para o assunto que vamos falar.

No dia de ontem, toda a Sessão foi ocupada com debates relativos ao ensino especial. Na hora das deliberações, um requerimento do deputado Durval foi aprovado, suspendendo temporariamente, os efeitos da Resolução nº 15/96. Um outro requerimento firmado por dezenas de deputados, atendendo aos preceitos regimentais, foi apresentado, lido na Sessão de ontem pelo presidente Elio Rusch, dando conta da sugestão de se realizar hoje, uma Sessão em Comissão geral de Plenário para apreciar os projetos e decreto legislativo que foram apresentados ontem, revogando a Resolução nº 15/96.

Os jornais da nossa cidade, trazem hoje, notícias de que o governador teria determinado à secretária Alcyone Saliba a revogação da Resolução nº 15/96.

Pois bem. O que peço ao Líder do Governo, à presidência desta Casa, é que, se nós temos esta informação de forma oficial, se temos cópia do ato revogando a Resolução nº 15/96 ou não, porque só a notícia do jornal não nos basta, dizer que o governador disse que era para revogar e até o presente momento nós não temos este ato aqui, de forma oficializada.

Porque daqui a pouco, entraremos no processo de votação, o requerimento em comissão geral terá que ser submetido à deliberação do Plenário e evidentemente que, se a resolução já foi revogada, é evidente que não há necessidade de se realizar uma Comissão Geral de Plenário.

Então, faço um apelo ao líder que, na seqüência, possa trazer ao conhecimento deste Plenário, e se possível até distribuir a nós deputados e à imprensa, cópia do Ato da secretária ou do governador que porventura tenha revogado a Resolução 15/96. E faço este apelo porque entendo que esta questão do ensino especial é um assunto que merece de nós ser tratado com todo carinho, com todo cuidado, com toda presteza e com a seriedade que o assunto nos recomenda seja tratado.

Então, peço depois ao presidente Elio Rusch, ao presidente Hermas Brandão, ao líder do Governo, se possível, depois nos dê conhecimento de forma oficial, se for o caso, da revogação ou não, dessa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Até contrariando o Regimento da Casa, porque V. Exa. está no Pequeno Expediente, mas como é um pedido de informação, quero informá-lo e os demais parlamentares que, ontem, à noite, como presidente deste Poder, representando todos os deputados, fui ao governador Jaime Lerner pedir que suspendesse, revogasse aquela decisão sobre as APAE's paranaenses.

Imediatamente o governador tomou a providência e já foi feito o ato. Então, a validade hoje é o antigo entendimento que já tinha sido feito.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado.

Vamos aguardar, depois senhor líder do Governo, V. Exa. pudesse nos enviar uma cópia deste ato, para que a gente pudesse dar a publicidade perante os nossos companheiros de bancada.

Eu agradeço ao presidente e aos demais deputados.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Apenas para confirmar a manifestação do nosso presidente, deputado Hermas Brandão, quando na noite de ontem esteve com o governador, solicitando na companhia do líder do Governo, deputado Durval Amaral, a revogação do ato da secretária da Educação, e hoje pela manhã, em torno de onze horas e trinta minutos, nós inclusive participamos de um evento, houve a solenidade no Palácio, com a presença das APAE's do Paraná, onde aconteceu este ato de revogação.

De imediato, deputado Pessuti nós estamos providenciando cópia do documento: então faremos chegar às suas mãos e à mãos dos demais parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Diante da questão levantada pelo presidente Hermas Brandão e também pelo vice-líder do Governo, Ademar Traiano, e a questão levantada pelo deputado Orlando Pessuti, a imprensa tem divulgado e noticiado, nesta Plenária, pelo deputado Hermas Brandão e ratificada a posição pelo vice-Líder, a Assembléia apenas vai esperar para que o documento oficial chegue nesta Casa, para que seja tomada a providência em relação ao requerimento e aos projetos de decreto legislativo, para que sejam arquivados os mesmos.

Não tendo mais nenhum orador inscrito no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do: PL, PSB, PSC, PST, PSL, PPS, se desejam fazer uso da palavra.

(Todas declinam)

Concedo a palavra à liderança do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Estamos entrando com dois requerimentos na tarde de hoje, um deles novamente naquilo que o ilustre deputado Luiz Carlos Alborghetti falava em inúmeras oportunidades aqui nesta Casa sobre o Paracidade, que era do desenvolvimento urbano do nosso Estado, e queríamos aprofundar, principalmente, os conhecimentos técnicos referentes a essa Secretaria de Estado.

Mas, o que nos traz, senhor presidente, é quanto ao secretário da Administração e ao governador do Estado. Aquilo que todo o Paraná, que todos nós vimos de que alguma coisa diferente está acontecendo no Governo do Estado. Quando ele manda a esta Casa e quando inclui na pauta dos trabalhos da Ordem do Dia, mensagens suas de projetos de leis, eles não trazem no seu bojo aquilo que

acontece depois de eles terem sido aprovados, mesmo com os votos contrários da Oposição deste Plenário.

Estou falando do Banestado. E aqui tenho, senhor presidente, senhores deputados, inúmeras razões de questionamento a Sua Excelência, o Governador. Entre elas, qual o motivo pelo qual as Secretarias que ocupavam o Edifício Castelo Branco estão se deslocando para o complexo do Itaú Banestado na Santa Cândida? A quem, pertence o complexo Itaú Banestado de Santa Cândida? Se ao Banco Itaú, indicar cópias de contratos e as condições existentes financeiras e outras.

Foram realizados estudos técnicos a cerca desse assunto? Em caso afirmativo, anexar cópias. Qual o destino a ser dado ao Edifício Castelo Branco? Informar dados técnicos, legais e financeiros.

Os servidores públicos que terão seu lugar de trabalho alterado, por disposição unilateral do Governo, terão algum tipo de benefício? Vale-refeição, vale-transporte e outros? Se afirmativo, informar o modo de concessão.

Dentro de dez anos, quando o Branco Itaú for exercer seus direitos, exigir os imóveis, como ficará a situação do Estado do Paraná, de suas Secretarias e seus servidores públicos? O Estado do Paraná estará pagando para utilizar o complexo Itaú Banestado na Santa Cândida? Quanto e por quanto tempo? Ou a partir de quando e quanto? Estimativa se for o caso. Existe previsão orçamentária para as tais despesas? No caso de transformação, senhor governador, do Edifício Castelo Branco em museu, qual o fundamento legal e as razões técnicas, já que Curitiba tem diversos museus estaduais, incluindo duas faculdades de artes, em situação extremamente precária?

No caso de cessão do Poder Judiciário, justificar as razões que o governo não está fazendo outra coisa, senão adiar a solução definitiva da matéria e colocando os serviços do Poder Executivo do Estado e os servidores públicos em situação precária. Por que o governo não busca melhorar os museus e escolas de artes já existentes, ou constrói, com orçamento do Judiciário, novas sedes para os seus serviços? Ao invés de criar um problema para futuras administrações e servidores, que já quase há trinta anos que o edifício foi construído pelo governador Jaime Canet Júnior, tem sido útil ao fim a que tem sido designado; e dentro da visão do grande governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que se propôs a criar o Centro Cívico do Paraná, buscando praticidade, eficiência e foi modelo para tantos outros Estados da Federação?

Daí sugerimos, senhor presidente, ao governo, interromper tal ação que vai prejudicar o Paraná.

O Sr. Irineu Colombo

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Luiz Carlos Zuk, não estava querendo interromper vosso pronunciamento, mas estava querendo,

naquele momento, anunciar a presença aqui, do prefeito de Sarandi, Silvio Spada.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço, senhor presidente, e queria, além de me solidarizar à presença do ilustre prefeito, dizer que este requerimento vai de encontro às razões pelas quais o governo do Estado sempre manda a esta Casa uma posição, e quando ela é tomada, a identificação é outra.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda o Horário das Lideranças: PT, PTB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Augustinho Zucchi na qualidade de líder do Bloco Parlamentar Independente, constante do expediente, comunicando o nome dos deputados que irão constituir o BPI, e também os parlamentares que compõem o referido bloco, os quais indicam seu nome para liderança. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2387, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Justamente é que, antes de colocar em votação, pedi que o deputado Durval Amaral tinha ordem a fazer.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requiro a Vossa Excelência, que o requerimento propondo a inversão, seja retirado nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está deferido o requerimento.

Está retirado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do deputado Elio Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Cafelândia. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da região Oeste e do Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã-PR, com sede e foro no município de Ivaiporã. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2001, que objetiva remitir os créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31/12/2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Foz do Jordão, com sede e foro na mesma municipalidade e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e apoio Shalon House, com sede e foro em Pinhais-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.(Publ. em 1ª Discussão, no DA nº 097/2000, de 07.08.2000)**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 28/94

P A R E C E R :**Observação Inicial**

É de se lamentar que um processo de grande responsabilidade como este, tramite nesta Casa com tanta morosidade e tamanha displicência inclusive sem o mínimo cuidado na juntada da documentação, sem despacho, sem a numeração e autenticação das folhas.

Na capa do Protocolo nº 15000 de 03.03.93 do Tribunal de Contas, consta que foram anexados ao processo 09 (nove) volumes, entretanto, aqui encontramos somente 02 (dois).

Do acima descrito é facilmente perceptível falhas crônicas no modo do manuseio e juntada da documentação que proporcionam desordenamento, acarretando, via de consequência, na dificuldade para a análise das contas.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar ao senhor presidente desta Comissão, determinar a regularização deste, e, providenciar para que outros processos despachados à Comissão de Tomada de Contas, tramitem com todos os requisitos aqui anunciados.

Analisando a documentação constante deste processo de prestação de contas referentes ao exercício de 1.992, apresentado pelo Exmo. senhor governador do Estado, constatamos o seguinte:

01) O processo chegou a esta Casa acompanhado do Ofício nº A.T.G. 0722/93 de 13/04/93 e protocolado sob nº 3117 de 15/04/93;

02) No mesmo dia 15/04/93, o senhor presidente desta Casa exarou o seguinte despacho: I - Protocole-se - II - A.D.A. para acusar o recebimento e incluir no expedi-

ente, III - Encaminhe-se ao egrégio Tribunal de Contas para parecer prévio;

03) Em 19 de abril/93, pelo Ofício nº 1493/93/DA/CE/SC, o senhor presidente desta Casa acusou o recebimento do Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao Exercício de 1.992;

04) Em 28 de abril de 1993, pelo Ofício nº C.P.133/93, o senhor presidente da Assembléia Legislativa encaminhou ao Tribunal de Contas onde recebeu o Protocolo nº 01500 de 03 de maio de 1993;

05) No dia 07/07/93, o processo retornou do Tribunal de Contas recebendo o Protocolo nº 7212;

06) Somente em 25/02/94, recebeu do senhor presidente, o seguinte despacho:

I - Inclua-se no expediente;

II - à D.L. para encaminhar à Comissão de Tomada de Contas;

07) Com data de 14/03/93 (entendemos ser 14/03/94), o presidente da Comissão de Tomada de Contas, designou o deputado Arlindo Troian, como relator;

08) Não existe no processo nenhum parecer do relator designado - deputado Arlindo Troian;

09) Neste processo, não consta nenhum documento que a Comissão de Tomada de Contas tenha se reunido para tratar do assunto;

10) Em 22 de junho de 1994, o deputado Mário Bezerra, elaborou um voto em separado e requereu em plenário o encaminhamento do mesmo ao Tribunal de Contas;

11) Com data de 31 de outubro de 1994, pelo Ofício nº 1943/94, o presidente do Tribunal de Contas encaminhou a esta Casa a Informação nº 251/94, da Inspeção Geral de Controle daquela Corte;

12) Finalmente, com despacho datado de 13 de novembro de 1995, do atual presidente da Comissão de Tomada de Contas, deputado Valdir Rossoni, este deputado foi designado relator;

13) A Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas, em seu Parecer nº 2.469/93 DATJ, de 16 de junho de 1993, fls. 57 a 70 emitiu o seguinte Parecer: "*Ex vi positus*, concluo no sentido de que a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, atinente ao exercício financeiro de 1992, de responsabilidade de S. Exa. o governador Roberto Requião, encontra-se em condições de receber parecer prévio favorável deste Tribunal, observadas as considerações acima esposadas, se assim entender válidas o ilustre Plenário";

14) A Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado em longo parecer concluído às fls. 71 com número 19.803/93 datado de 25 de junho de 1993 finalizou assim: "De todo o exposto, este Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná opina no sentido de que a Prestação de Contas do governador Roberto Requião, exercício de 1992, merece parecer prévio deste egrégio Tribunal de Contas,

favoravelmente à sua aprovação por parte do Poder Legislativo”.

15) Em 02 de julho de 1993, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná por maioria decidiu:

“Resolução nº: 17.514/93

Protocolo nº: 15.000/93

Origem: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Interessado: Governador do Estado do Paraná

Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 1992

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por maioria, RESOLVE:

I - Preliminarmente, acatar a proposição do conselheiro João Féder, no sentido de realizar auditoria operacional, relativamente às despesas com publicidade, efetuadas pela administração estadual, particularmente informando o seguinte:

01 - Quais as agências beneficiadas com a dispensa de procedimentos licitatórios?

02 - Quais os proprietários das mencionadas agências?

03 - Qual o procedimento adotado com referência à remuneração efetivada junto às empresas publicitárias?

Votaram com a preliminar os conselheiros Cândido Martins de Oliveira, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Nestor Baptista e Quielse Crisóstomo da Silva.

O conselheiro Artagão de Mattos Leão, manifestou-se contrariamente. (**Voto vencido**)

II - Aprovar o parecer prévio elaborado pelo relator, conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, referente à Prestação de Contas do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, relativa ao exercício financeiro de 1992.

O relator foi seguido pelos conselheiros João Féder, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva e Artagão de Mattos Leão.

O Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, recomenda a não aprovação do parecer prévio, de conformidade com as razões expedidas em seu voto escrito, anexo. (**Voto vencido**)”

16) Em resposta ao voto em separado requerido pelo deputado Mário Bezerra, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo Ofício nº 1943/94 de 31 de outubro de 1994, prestou o seguinte esclarecimento:

Informação nº 251/94 - IGC

Assunto: Prestação de Contas do Governo Estadual - Exercício de 1992.

Senhor Presidente:

A propósito dos Relatórios faltantes, descritos quando da análise da Prestação de Contas do Governo Estadual, relativas ao exercício financeiro de 1.992, consoante instrução nº 46/93-IGC, permita-me levar ao conhecimento de V. Exa. o seguinte:

a) Não se tratou de ausência de prestação de contas, mas de relatórios administrativos.

b) A ausência de Relatórios não prejudicou a análise das contas do Governo, tendo em vista que a relação

esposada referia-se a entidades da Administração Indireta. Essas entidades prestam as suas contas separadamente à do Executivo, e bem assim, o Tribunal de Contas emite o seu juízo isoladamente, portanto não influenciando o parecer prévio.

c) Os relatórios faltantes foram posteriormente encaminhados, permitindo a análise integral das respectivas contas.

17) Nas apreciações finais do parecer prévio do Exmo. Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, relator deste processo, extraímos o seguinte:

8 - Parecer Prévio

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fundamentado no disposto no artigo 75, I, da Constituição Estadual, artigo 23 da Lei nº 5615/67 e 51 do seu Regimento Interno e,

Considerando que as contas do Governo do Estado, do exercício financeiro de 1992, foram apresentadas de acordo com a disciplina exigida pela Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

Considerando que as receitas arrecadadas e as despesas realizadas estão consentâneas com a Lei de Orçamento aprovada pelo Poder Legislativo;

Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e os Anexos Complementares revelam toda a configuração numérica da Receita e Despesa;

Considerando que as conclusões deste parecer prévio não elidem a apuração de responsabilidade pessoal dos gestores públicos, da administração direta, nem o julgamento, por este Tribunal, das contas dos administradores das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Órgãos de Regime Especial e Fundos Especiais,

RESOLVE emitir Parecer Prévio recomendando a aprovação, pela Assembléia Legislativa, das contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1992, apresentadas pelo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 02.07.1993.

Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira
Relator

Conclusão

18) Pela análise e pelas transcrições dos pareceres da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas - Da Procuradoria Geral junto aquele Tribunal - Do Parecer Prévio do Relator do Tribunal de Contas, conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, finalmente do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná todos favoravelmente à aprovação das contas apresentadas pelo Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1992. De tudo isso, encontramos um único voto contrário do conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira, que foi voto vencido no Plenário daquela Corte de Contas.

Finalizando, o nosso parecer é favorável à aprovação das contas referentes ao exercício financeiro de 1992, apresentadas pelo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, governador do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. (Publ. em 1ª Discussão, no DA nº 097/2000, de 07.08.2000).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 35/2000

P A R E C E R :

Relatório

Através do Ofício nº 5185/96, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder Parecer Prévio, referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1995.

Fundamentação

Em douto parecer, de autoria do conselheiro Nestor Baptista, este entendeu que as referidas contas estão em condições de merecer aprovação.

Assim, em 10 de dezembro de 1996, aquele Tribunal aprovou por unanimidade o parecer acima citado.

Conclusão

Isto exposto, e pelas razões acima apresentadas, é o nosso parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1995.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Luiz ACCORSI - Relator

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, gostaria de Justificar o voto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para Justificar o voto, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados, votei favoravelmente às contas de 1995 e 1992, do governador Requião. Agora, quero chamar a atenção dos deputados, porque até às contas de 1996, é possível essa Casa se manifestar a favor. Agora, 1997, 1998 e 1999 é exatamente impossível a Assembléia Legislativa aprovar as contas do governador Lerner.

Portanto, justifico meu voto dizendo que, tendo feito uma análise, as contas de 1992 e 1995 são, sim, possíveis de serem aprovadas, por isso votei favoravelmente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de registrar o voto contrário da bancada do PT, às contas do governo Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está devidamente registrado.

O SR. ELI GHELLERE

Queria Registrar o meu voto contrário, também, no Item nº 08.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está registrado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Voto contrário também, senhor presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, a minha manifestação.

Peço à Mesa que registre voto contrário, com relação ao Item nº 08, da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2290, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pela Ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, faço um apelo à Liderança do Governo, porque, Regime de Urgência nessa matéria acho que é exagero.

Estamos tratando aqui, da criação da Agência Reguladora de Serviço de Energia e Saneamento do Paraná e é preciso, senhor presidente, que haja um estudo muito aprofundado em relação a este assunto. Então estou pedindo, fazendo um apelo à Liderança do Governo para que abra mão desse Regime de Urgência, senão as Oposição já deixam claro que votarão que nós votaremos contra o regime de Urgência.

Vossa Excelência poderia retirar o pedido de urgência dessa matéria, porque é da mais alta importância que façamos o aprofundamento dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua em discussão.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o Regime de Urgência que está sendo votado neste momento refere-se a qual projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mensagem Governamental nº 020/2000, no que dispõe sobre a instituição da Agência Reguladora do Serviço de Energia e Saneamento do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, concordamos que seja retirado, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está retirado pelo autor.

Requerimento nº 2323, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2325, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2376 e 2377, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2380 e 2381, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Ofício de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, comunicando a constituição, a partir desta data, nesta Casa de Leis, do bloco parlamentar independente, formado pelos seguintes deputados: Algaci Tulio, Augus-

tinho Zucchi, Cezar Silvestri, Edson Strapasson, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Tony Garcia. E o líder da bancada é o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento).

Sobre o ofício que V.Exa. acaba de comunicar ao Plenário, quero apenas dizer, - que fique claro e isso é importante para a Casa e gostaria de pedir a V.Exa. que está na presidência da Casa - vamos ter uma conversa com o deputado Hermas Brandão, que nos seja dado tratamento igualitário, às outras bancadas. Explico porquê.

Eu já disse, no primeiro pronunciamento que fiz, que a nossa composição do bloco independente poderia ter outro nome. Não queremos nenhuma divergência desse ou daquele grupo, nenhum problema com relação à relação aqui na Assembléia. Apenas e tão somente, deputado Elio Rusch, o que queremos, tendo em vista fatos políticos, concretos, acontecidos durante esse tempo, de que tanto eu como os deputados Tony Garcia, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, junto com qualquer bancada aqui, junto com a bancada da Situação. Agora, não é um bloco para que possa daqui a pouco se fazer determinada opção política por isso, por aquilo. Não. É um bloco que, diante das discussões que houveram aqui, já que nós participávamos de base do governo e posteriormente tivemos uma opção contrária à sua determinação, à sua orientação quando da discussão da privatização da Copel, resolvemos então fazer a constituição desse bloco independente para que possamos aí ter a mesma condição de discutir os itens de pauta, a matéria, enfim, que nós possamos ser considerados como uma bancada que possa estar presente nas discussões do encaminhamento das matérias discutidas aqui na Casa.

Gostaria que V.Exa. entendesse dessa forma, gostaria também de pedir a compreensão da Bancada de apoio ao Governo, e também da bancada de Oposição. Não se trata absolutamente de nenhuma divergência da nossa situação peculiar e circunstancial, pela qual passamos aqui no momento em que está havendo uma divisão clara, politicamente, aqui dentro da Assembléia. E também com relação a aspecto legal, etc, nós vamos conversar depois com o presidente Hermas Brandão para fazer o encaminhamento necessário.

Agradeço a V.Exa. a compreensão e que V.Exa. possa nos dar essa mesma oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o Bloco que está sendo constituído tem caráter formal ou informal?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência dessa Sessão recebe o requerimento: não coloca apreciação; vai encaminhar à Executiva da

Casa, para que ela dentro das formalidades legais e regimentais, possa dar o encaminhamento necessário a este pedido. Nós entendemos, desde que venha um documento assinado pelos parlamentares, o documento é oficial, e a Executiva da Assembléia vai dar o encaminhamento necessário e dentro dos trâmites legais.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, existe algum artigo do Regimento Interno que foi especificado no requerimento em tela?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, não foi especificado...

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, não estou me colocando contra o Bloco, eu só quero ter algumas informações para saber se é formal ou informal, porque os deputados têm todo o direito de fazer blocos, de participar ativamente aqui, então, é apenas para o meu consumo interno, para eu saber se é formal ou informal, se os deputados estão formando um bloco oficial, porque o Regimento Interno prevê isto, o Regimento Interno da Assembléia prevê a formação de blocos.

Eu só gostaria de saber se havia a formação oficial do Bloco ou se era informal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, ele foi encaminhado, deputado Nereu Moura, nós temos o nosso Regimento Interno, capítulo 5º, que fala da representação dos partidos e os blocos parlamentares que poderão ser constituídos, por mais de dois partidos. Então, no artigo 13 se faz exatamente referência a esta questão.

Por isso mesmo, vamos encaminhar esse requerimento à Comissão Executiva para o seu estudo, para a Diretoria Legislativa, que possa fazer o estudo jurídico, técnico e tomar as providências dentro das medidas legais.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Sr. presidente, nós apresentamos nesta Casa um requerimento solicitando que fosse implantada a Liderança Independente, visto já ser constituída a Liderança das Oposições e Liderança do Governo. E esta liderança que nós propusemos, era precisamente para que os partidos com menor representação nesta Casa, pudessem também ter a sua liderança.

No caso específico, senhor presidente, eu não sei se o deputado Augustinho Zucchi está falando apenas em bloco ou em liderança. Se for em liderança, nós gostaríamos de receber, por parte da Mesa Executiva, uma resposta ao requerimento anteriormente apresentado por nós deputados que o subscrevemos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esse requerimento, deputado Geraldo Cartário, fala em Bloco Parlamentar.

Requerimento nº 2251, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Procede à verificação de votação.

Pela ordem, deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Queria a aquiescência de V.Exa. pode não ser regimental, mas em função até da composição que hoje está o Plenário, é um requerimento endereçado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano solicitando informação a respeito de aplicações no município de Sapopema. Não existe nada que não esteja publicado no Diário Oficial do Estado.

Solicito ao deputado Durval Amaral, que olhe com carinho essa votação e os senhores deputados, porque não tem nada que não esteja no Diário Oficial do Estado.

Acho que votar contrário ao pedido seria no mínimo uma ação contrária à própria forma de atuar dessa instituição.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Quero associar-me ao deputado José Maria, visto ser o segundo deputado mais votado em Sapopema, aonde o mais votado é o deputado Hermas Brandão e a indagação que será feita a esse respeito é porque os próprios vereadores e os outros segmentos da cidade até hoje não sabem e não acreditam no que o prefeito está falando.

Por isso, votarei também favorável ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento, vamos proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira queriam levantar-se.

Aprovado por unanimidade.

Pela ordem, com a palavra o deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença, na tarde de hoje, dos vereadores de Foz do Iguaçu, senhor Rabello, Sr. Maxiel e o Sr. Arival.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 2288, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2289, 2291, 2388 e 2389, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2292, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2294 e 2374, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2295, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2296, 2297 e 2370, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2298 a 2301, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2302, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2303, 2378 e 2379, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2304, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2313, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2314, 2316 a 2318 e 2382 a 2385, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2324 e 2326 a 2333, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2390, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2334, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2337 a 2345, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2347, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2351 e 2352, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2354, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2355 a 2358, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2359, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2368 e 2369, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nós temos um Requerimento nº 2350, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Miltinho Pupio, Tony Garcia, Ricardo Chab, Algaci Tulio e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior, pedindo a transformação da Sessão de Plenário de hoje em Comissão Geral.

Diante da revogação anunciada pela imprensa e confirmada hoje na Sessão, pelo Presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão e pelo vice-líder do Governo, deputado Ademar Traiano, deixamos o requerimento sobrestado *sine die*, até que venha um documento que efetivamente revogue essa resolução e posteriormente o arquivamento do mesmo.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão convida para a exposição de caricaturas do artista plástico Wanderley Damaceno, a se realizar às 17h00, hoje, no espaço cultural do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Da mesma forma, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão, tem a honra de convidar para a Sessão Solene Comemorativa ao 147º Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná a realizar-se às 15h00, no dia 08 de agosto de 2001, amanhã, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pela ordem, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Quero apenas, com muita satisfação e alegria, registrar a presença do vereador Clemente, presidente da Câmara de Capitão Leônidas Marques acompanhado do vereador Valcino que estão aqui prestigiando a Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Pela ordem deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente. V. Exa. anunciou que antes de encerrar a Sessão, nos daria os esclarecimentos

a respeito da revogação oficial, ou não, da Resolução 1596, até porque temos os requerimentos solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral.

Devido a todo este agito que estamos vivendo no plenário no dia de hoje, confesso a V. Exa. que não tive condições de perceber se V. Exa. manifestou alguma solução.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está Presidência já se manifestou. Deixaremos o requerimento sobre a Mesa até que venha o documento oficial que revogue, efetivamente a resolução.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Em princípio posso concordar que seja até amanhã, porque afinal de contas, pode ser daqui um ano, daqui dois anos.

Então, solicito a V. Exa. que transfira para amanhã, para que até amanhã o líder do Governo traga a revogação ou não.

Se não trouxer a revogação, teremos que revogar pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está deferido o seu pedido, deputado Orlando Pessuti.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, ontem encaminhei a Mesa um requerimento em relação a outro que fiz ao Governo do Estado do Paraná e levantei a questão do artigo 55 da Constituição do Estado.

Solicito de V. Exa. informação de que medida a Casa tomará em relação ao não cumprimento do requerimento aprovado por este Poder em relação ao Governo Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Presidência da Sessão de ontem e de hoje informa ao ilustre deputado Neivo Berardin, que nós encaminhamos o seu requerimento para a Comissão Executiva da Assembléia para que façam os levantamentos, e solicito ao ilustre deputado Neivo Berardin para que entre em contato direto com o presidente Hermas Brandão, para solicitar as informações referentes a este requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convidando os senhores deputados para a Exposição de Caricaturas do artista plástico Wanderley Damasceno, a se realizar hoje, às 17h00 no espaço cultural desta Casa.

Marco ainda, outra sessão para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 391/2000 e dos de Resolução nºs 002 e 031/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104, 403/2000 e 123/2001.

Convido os senhores deputados para a Sessão Solene comemorativa ao 147º Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, para quarta-feira, dia 08, às 15h00 no plenário deste Poder.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 022/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
44906100	000	6.000.000,00
31900400	000	6.000.000,00
		12.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	Valor
31901100	000	8.000.000,00
31901300	000	4.000.000,00
		12.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.07.2001.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

VALDIR ROSSONI
1º Secretário